

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

A EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE  
INFORMAÇÃO NAS EMPRESAS COTADAS DA  
*EURONEXT* LISBOA DO ANO 2006 A 2008

---

Rui Manuel Delgado Domingos

**Versão definitiva**

Lisboa, Novembro de 2010



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E  
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

A EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE  
INFORMAÇÃO NAS EMPRESAS COTADAS DA  
*EURONEXT* LISBOA DO ANO 2006 A 2008

---

Rui Manuel Delgado Domingos

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuela Rebelo Duarte, Professora Coordenadora da Área Científica da Contabilidade e co-orientação do Mestre Fernando Paulo Marques de Carvalho, Professor Adjunto da Área Científica da Contabilidade.

Constituição do Júri:

Presidente	Doutora Maria do Céu Almeida
Arguente	Mestre Fábio Albuquerque
Vogal	Doutora Maria Manuela Rebelo Duarte (orientadora)
Vogal	Mestre Fernando Paulo Marques de Carvalho (co-orientador)

Lisboa, Novembro de 2010

## **AGRADECIMENTOS**

Este espaço é dedicado a todos os que deram a sua contribuição para que esta dissertação fosse realizada. Agradecer é sempre uma tarefa delicada: existe o receio de esquecer alguém a quem deveríamos ter agradecido e não o fizemos; de não valorizar aquele gesto simples ao qual não demos a devida importância, mas que merecia a nossa especial atenção. De qualquer modo, não poderia deixar de mencionar as seguintes pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização deste projecto:

- A minha orientadora, Professora Doutora Maria Manuela Rebelo Duarte e co-orientador Mestre Fernando Carvalho, pela disponibilidade, comentários e sugestões necessárias à realização do trabalho, pela simpatia e pelas palavras optimistas de apoio e confiança;

- A todos os meus amigos e colegas do ISCAL pelo apoio, ajuda e compreensão;

- A minha esposa Alexandra, que sempre esteve ao meu lado, por todo o amor, compreensão, paciência e motivação que foram factores imprescindíveis e necessários para nunca falhar na prossecução deste projecto.

- A minha família e amigos, a quem expesso a minha profunda gratidão por me ouvirem e me darem alento para continuar e ao mesmo tempo por compreenderem as minhas mais longas mas inevitáveis ausências.

Um muito obrigado a todos!

## RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo analisar a evolução da divulgação voluntária de informação das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, no triénio 2006-2008.

O estudo foi desenvolvido através da análise aos relatórios e contas anuais publicados nos anos de 2006, 2007 e 2008 e aos relatórios de sustentabilidade dos mesmos anos, quando disponibilizados, abrangendo 53 empresas. Os dados foram analisados e tratados estatisticamente pela análise univariada, bivariada e multivariada.

Dos resultados obtidos, concluiu-se que a divulgação voluntária de informação por parte das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa é ainda reduzida nas áreas dos desempenhos ambiental e social, apesar de ter tido uma evolução positiva nos três anos estudados. Dos 79 indicadores, apenas 30 são divulgados por estas empresas, revelando assim uma reduzida adesão à divulgação voluntária de informação segundo a estrutura da GRI.

Quanto aos factores determinantes, apurou-se que a dimensão contribui para a divulgação de informação e que, pelo contrário, a rentabilidade não é um factor influenciador.

**Palavras-Chave:** Divulgação, Relatórios de Sustentabilidade, Informação Voluntária, Informação Ambiental, *Global Reporting Initiative* (GRI).

## **ABSTRACT**

The present dissertation aims to analyze the evolution of the voluntary disclosure of information by companies listed on the Euronext Lisbon, in the period from 2006 to 2008.

The study was developed by analyzing the annual reports and accounts published in the years 2006, 2007 and 2008, and the sustainability reports from the same years, when available, covering 53 enterprises. The data were analyzed and processed statistically using the univariate, bivariate and multivariate analyses.

From the results, it was concluded that the voluntary disclosure of information by companies listed on the Euronext Lisbon is still reduced in the matters of environmental and social performance, despite having had a positive development in the three years considered. Out of 79 indicators, only 30 are disclosed by these companies, thus evidencing a poor observance of voluntary disclosure of information according to the GRI structure.

As far as determinant factors are concerned, it was found that the dimension contributes to the disclosure of information, and that, in contrast, profitability is not an influence factor.

**Keywords:** Disclosure, Sustainability Reports, Volunteer Information, Environmental Information, Global Reporting Initiative (GRI).

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>iv</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>v</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	<b>ix</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>x</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b> .....	<b>xi</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>xii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	<b>4</b>
1. NOTA INTRODUTÓRIA .....	4
2. A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÃO .....	4
2.1 - Conceito, objectivos e tipos da Divulgação Voluntária de Informação .....	4
2.2 - A Qualidade e a necessidade da Divulgação Voluntária de Informação .....	8
2.3 – O papel da GRI na harmonização da divulgação voluntária de informação .	10
2.3.1 – As directrizes e os princípios da GRI .....	12
2.3.2 – Os indicadores de desempenho .....	14
2.3.3 - Análise dos desempenhos .....	16
2.3.4 – A evolução da estrutura dos indicadores da GRI .....	23
2.4 - Factores que influenciam a divulgação voluntária de informação .....	25
3. A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA EMPRESARIAL DA SUSTENTABILIDADE: OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE .....	28
3.1 – Os objectivos dos relatórios de sustentabilidade e a sua relação com os relatórios financeiros .....	29
3.2 – O impacto da divulgação de relatórios de sustentabilidade .....	30
3.3 – Publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal de acordo com a estrutura da GRI .....	31
<b>CAPÍTULO II – METODOLOGIA</b> .....	<b>34</b>
4. METODOLOGIA DE PESQUISA .....	34
4.1 – Objectivo .....	34
4.2 – Justificação .....	35
4.3 – Hipóteses de Pesquisa .....	35
4.4 - Definição da população e dimensão da amostra .....	36
4.5 – Método de pesquisa e técnicas utilizadas .....	39

<b>CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>44</b>
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	44
5.1 – Interpretação e análise univariada.....	44
5.1.1 – Análise da evolução da sustentabilidade segundo a estrutura da GRI, nos anos de 2006 a 2008.....	44
5.2 – Interpretação e análise bivariada.....	52
5.2.1 – Análise da relação entre os factores e a divulgação voluntária .....	52
5.3 – Interpretação e análise multivariada .....	58
5.3.1 – Análise das componentes principais .....	59
5.3.2 – Análise das dimensões .....	62
<b>CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>71</b>
APÊNDICE 1 – LISTA DAS EMPRESAS QUE CONSTITUEM A POPULAÇÃO-ALVO .....	lxxxi
APÊNDICE 2 – LISTA DAS EMPRESAS POR SECTOR.....	lxxxii

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Síntese de indicadores por desempenho .....	15
Quadro 2: Descrição dos indicadores do desempenho económico.....	17
Quadro 3: Descrição dos indicadores do desempenho ambiental.....	19
Quadro 4: Descrição dos indicadores do desempenho social.....	21
Quadro 5: Evolução dos aspectos e dos indicadores do desempenho económico, ambiental e social.....	24
Quadro 6: Aspectos e indicadores dos desempenhos .....	37
Quadro 7: Variação na divulgação dos aspectos de desempenho económico .....	45
Quadro 8: Variação na divulgação dos aspectos de desempenho ambiental .....	47
Quadro 9: Variação na divulgação dos aspectos de desempenho ambiental.....	48
Quadro 10 – Teste de Normalidade de <i>Kolmogorov-Smirnov</i> .....	49
Quadro 11: Índice de Desempenho Económico (IDEi) - ano 2006, 2007 e 2008 .....	50
Quadro 12: Índice de Desempenho Ambiental (IDAi) - ano 2006, 2007 e 2008 .....	50
Quadro 13: Índice de Desempenho Social (IDSi) - ano 2006, 2007 e 2008.....	50
Quadro 14: Índice Geral de Divulgação (IGD) .....	51
Quadro 15: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores em 2006 .....	53
Quadro 16: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores em 2007 .....	53
Quadro 17: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores em 2008 .....	54
Quadro 18: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores de 2006 a 2008 .....	54
Quadro 19: Influência do sector 1.....	56
Quadro 20: Influência do sector 2.....	57
Quadro 21: Coeficiente KMO e nível de significância.....	60
Quadro 22: Total da variância explicada no período de 2006 a 2008 .....	60
Quadro 23: Matriz das componentes no período de 2006 a 2008 – Rotação <i>Varimax</i> ...	62
Quadro 24: Agrupamento dos aspectos em 4 componentes no período de 2006 a 2008 63	

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1: Dimensões da sustentabilidade empresarial.....	11
--	----

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relatórios portugueses registados anualmente por designação.....	32
Gráfico 2: Relatórios portugueses elaborados de acordo com as directrizes GRI.....	33
Gráfico 3: Classificação das 53 empresas por sector de actividade .....	37
Gráfico 4: Média da evolução da divulgação dos aspectos de desempenho económico	45
Gráfico 5: Média da evolução da divulgação dos aspectos de desempenho ambiental..	46
Gráfico 6: Média da evolução da divulgação dos aspectos de desempenho social .....	47
Gráfico 7: Gráfico <i>Scree Plot</i> de 2006 a 2008.....	61

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

*AICPA - American Institute of Certified Public Accountants*

*CERE - Coalition for Environmentally Responsible Economies*

*FASB - Financial Accounting Standard Board*

*GRI – Global Reporting Initiative*

*IASB - International Accounting Standards Board*

*OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*

*SEC - Securities and Exchange Commission*

*TBL – Triple Bottom Line*

*UE – União Europeia*

*UNEP – United Nations Environment Programme*

*WBCSD - World Business Council for Sustainable Development*

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, profundas alterações económicas, sociais e políticas têm vindo a influenciar os mercados globais e a sociedade. As crises financeiras conjugadas com os desafios urgentes das mudanças climáticas impõem uma maior atenção por parte das empresas à sua gestão estratégica e operacional, à mensuração, divulgação e comunicação de informação fiável, bem como à visão prática para atingir o desenvolvimento sustentável. A mais conhecida e citada definição de desenvolvimento sustentável é aquela que consta do relatório “O Nosso Futuro Comum”, também conhecido por Relatório Brundtland, apresentada pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento em 1987: “Desenvolvimento Sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.”

A agitação dos primeiros anos do século XXI justifica a rápida expansão destes conceitos, que na sua essência traduzem altos níveis de responsabilidade e interdependência, tanto entre os diversos agentes como entre gerações. As crises sociais provocadas pelo encerramento de muitas empresas, as crises financeiras originadas por práticas de gestão menos correctas, ou ainda as crises ecológicas provocadas por catástrofes ambientais que podiam ter sido evitadas, são exemplos de factos que provocam e aumentam as preocupações em relação à responsabilidade das organizações.

Assim, pelo rápido crescimento global dos mercados de capital e de tecnologias de informação, existem grupos empresariais que procuram novas abordagens de gestão com o objectivo de reflectir as actuais realidades económicas, ambientais e sociais. Por outro lado, a sociedade tem vindo cada vez mais a observar criticamente a influência das empresas, exigindo-lhes uma gestão com maior transparência, sensibilidade e responsabilidade.

Actualmente, o processo de comunicar os temas relacionados com o desenvolvimento sustentável é, ainda, efectuado numa base voluntária. No entanto, esta situação tem vindo a ser alterada com a introdução na legislação de vários países, de requisitos obrigatórios para alguns dos aspectos do desenvolvimento sustentável.

Os relatórios de sustentabilidade são o resultado de um processo que pretende identificar, mensurar e divulgar as acções de carácter sustentável. Com esta ferramenta, as organizações e todos os utilizadores têm em mãos um instrumento que possibilita dialogar e implantar um processo de melhoria contínua do desempenho rumo ao desenvolvimento sustentável. Neste contexto, os relatórios de sustentabilidade assumem-se como um importante instrumento de comunicação da estratégia e da imagem verdadeira e apropriada das empresas a todas as partes interessadas. O termo partes interessadas foi criado para designar todas as pessoas ou empresas que, de alguma maneira, são influenciadas pelas acções de uma organização, tanto a nível interno como externo.

Para harmonizar a forma de elaboração dos relatórios de sustentabilidade, foram surgindo organismos que dão sugestões ou no caso da *Global Reporting Initiative* (GRI), um modelo para a elaboração do relatório de sustentabilidade. O conjunto de princípios, directrizes e indicadores desenvolvidos pela GRI torna possível comparar e comunicar o desempenho das organizações na dimensão económica, ambiental e social e é, actualmente, o mais utilizado no mundo.

Esta dissertação tem assim como principal objectivo verificar a evolução da divulgação deste tipo de matérias nas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, através de informação disponibilizada pelas mesmas e tendo como base o modelo de divulgação de sustentabilidade empresarial proposto pela GRI, nos anos de 2006 a 2008. A escolha destas empresas deve-se ao facto de serem estas as que têm maior impacto na economia nacional, maior poder concorrencial e podem efectuar maiores pressões, sendo portanto as que deverão definir tendências e modelos a adoptar.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos:

Capítulo I – Enquadramento Teórico: neste capítulo é efectuada a revisão bibliográfica destinada à introdução teórica dos conceitos fundamentais em matéria de divulgação voluntária de informação. Apresenta-se a estrutura e directrizes da GRI e uma breve referência aos relatórios de sustentabilidade enquanto meio ou veículo empresarial de divulgação voluntária da sustentabilidade.

Capítulo II – Metodologia: neste ponto, são divulgadas as hipóteses levantadas por esta dissertação, bem como o relacionamento entre as mesmas. Serão ainda mencionados os principais elementos que serviram de base aos resultados apresentados e discutidos no capítulo subsequente, tais como a população-alvo, os métodos e as técnicas que melhor se adequam aos objectivos definidos para esta investigação.

Capítulo III – Estudo Empírico: neste capítulo, será desenvolvida a análise e discussão dos resultados. Com o objectivo de responder às hipóteses de investigação utilizaram-se as análises univariada, bivariada e multivariada dos dados recolhidos dos relatórios das empresas constantes da população-alvo.

Capítulo IV – Conclusão: serão apresentadas neste último capítulo, através de uma síntese global da dissertação, as conclusões do presente trabalho, nomeadamente, as que resultaram das análises univariada, bivariada e multivariada. Serão também referidas as limitações do presente estudo assim como as sugestões para futuras investigações.

# **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **1. NOTA INTRODUTÓRIA**

Em Portugal, a investigação sobre sustentabilidade empresarial começou a dar os primeiros passos com estudos que incidem sobre a dimensão ambiental do relato empresarial (Ferreira, 2004; Monteiro e Guzmán, 2005; Rodrigues, Oliveira e Menezes, 2005; Duarte, 2006; Roque e Cortez, 2006; Branco, Eugénio e Ribeiro, 2008) e os que analisaram o relato da responsabilidade social (Abreu, David e Crowther, 2005; Dias-Sardinha e Reijnders, 2005; Branco e Rodrigues, 2005, 2006, 2008a,b). O relato da sustentabilidade empresarial é assim o novo desafio da contabilidade e dos relatórios empresariais, constituindo um campo de investigação em crescente desenvolvimento (Elkington, 1997; Gray e Milne, 2004; Larrinaga, Archel e Fernández, 2008; Guthrie e Hacking, 2008).

## **2. A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DE INFORMAÇÃO**

A divulgação voluntária surge pelo facto das grandes empresas terem a necessidade de implementar normas relacionadas com a sustentabilidade na sua gestão, como parte da sua responsabilidade social. Assim, a estrutura tradicional de divulgação de informação financeira obrigatória deixou de ser suficiente porque não se adapta às mudanças na própria gestão e não satisfaz totalmente as necessidades das várias partes interessadas.

### **2.1 - Conceito, objectivos e tipos da Divulgação Voluntária de Informação**

Várias foram as definições encontradas na literatura sobre divulgação voluntária de informação. Apesar de diferentes, a maioria das definições descreve a informação voluntária como uma informação não prevista em nenhum diploma legal, estrutura ou normas de organismo legislador ou com poder para criar normativos com aplicação de carácter obrigatório.

O *Financial Accounting Standard Board* (FASB, 2001) considera informação voluntária, a informação divulgada fora das demonstrações financeiras e que não se encontra regulada nem pelos princípios contabilísticos geralmente aceites, nem pela

*Securities and Exchange Commission* (SEC). Lakhal (2003) também define informação voluntária como a informação que não é requerida por lei.

Meek, Roberts e Gray (1995) descrevem informação voluntária como uma informação excessiva, divulgada por vontade da administração, de forma a satisfazer melhor as necessidades dos utilizadores do relatório anual. Também Depoers (2000) define o conceito de informação voluntária em função dos utilizadores das demonstrações financeiras. No entanto, centra-se exclusivamente nos accionistas, pois considera-os os destinatários por excelência desta informação. Para este autor, informação voluntária é toda a informação não obrigatória divulgada aos accionistas, independentemente da sua natureza e meio de transmissão.

A divulgação voluntária de informação integra um conjunto bastante amplo de temáticas. Contudo, cada empresa irá divulgar somente aquelas que se adequam à sua realidade e que lhe serão mais benéficas. Seguidamente apresentam-se as informações voluntárias mais relevantes, de acordo com as sugestões do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), FASB (2001), Boesso (2002), Branco (2003), Erro (2004) e Sampaio e Leitão (2004):

- Informação sobre aspectos empresariais e económicos: pretende-se que a empresa divulgue informação económica pertinente para os utilizadores;
- Informação sobre os produtos: a empresa pode divulgar informações sobre os novos produtos e os produtos em curso, nomeadamente, sobre a sua qualidade, segurança, processo produtivo, conformidade com as normas, evolução da taxa de procura e objectivos de venda a atingir;
- Informação sobre a administração e accionistas: a empresa pode dar a conhecer um pouco mais os seus órgãos superiores e os detentores de capital;
- Informação sobre os recursos humanos: a empresa poderá divulgar boas informações dos colaboradores de forma a evitar reivindicações dos mesmos. Geralmente, a empresa revela o número de colaboradores, o nível médio de habilitações, a produtividade, as acções de formação desenvolvidas, o número de horas trabalhadas e os planos de pensões e saúde;

- Informação sobre a empresa: a empresa pode divulgar um pouco do seu historial, objectivos a longo prazo, estratégia e descrição da sua actividade, obtenção de certificados, fusões e cisões;
- Informação prospectiva: a informação prospectiva antecipa o cenário futuro da empresa, permitindo aos utilizadores ter uma melhor percepção da mesma e otimizar o processo de tomada de decisão. Neste sentido, pode dar a conhecer as previsões para as vendas do próximo ano, as oportunidades de crescimento, os riscos resultantes das tendências do mercado, as projecções dos resultados para os próximos anos e investimentos futuros. A divulgação deste tipo de informação é a que conduz a maiores riscos de desvantagens competitivas;
- Informação sobre os clientes e fornecedores: a empresa pode evidenciar o número de clientes e fornecedores que possui, o grau de compromisso assumido com cada um e a percentagem de compras e vendas efectuadas a cada um. É indispensável o conhecimento dos clientes e dos fornecedores da empresa, uma vez que estes podem comprometer o pressuposto subjacente da continuidade.
- Informação sobre o desempenho ambiental: estando a sociedade cada vez mais consciencializada para as questões ambientais, os utilizadores preferem as empresas amigas do ambiente e os produtos verdes. Neste sentido, as empresas devem começar a apostar numa política de preservação e prevenção do ecossistema, sob pena de serem penalizadas pelo mercado e pela própria sociedade. Assim sendo, se a empresa tem um bom desempenho ambiental, terá todo o interesse em o divulgar podendo enunciar os objectivos e programas desenvolvidos para evitar e recuperar os danos ambientais, os custos dispendidos com a política ambiental, a conformidade com as normas ambientais nacionais e internacionais, a obtenção de certificados ambientais, a política de reciclagem, a utilização de energias renováveis, os impactos dos seus produtos no meio ambiente e informação sobre o sistema de gestão ambiental;
- Informação sobre o desempenho social: atendendo à relevância que os aspectos éticos e sociais assumem nos dias de hoje, será importante para a empresa divulgar as seguintes informações: doações a instituições de solidariedade social, patrocínios a eventos culturais, participação em projectos de prevenção e restauração do património histórico e cultural do país e cooperação com universidades e entidades afins.

No que respeita à forma de divulgação, a informação voluntária pode ser divulgada de várias formas. Os estudos empíricos realizados têm revelado que as empresas preferem utilizar o relatório anual para a divulgação das suas informações adicionais, seguindo-se a página *Web* da empresa. Num estudo realizado sobre as empresas portuguesas cotadas, Branco (2003) concluiu que 42% das empresas divulgam informação sobre a responsabilidade social, que é também considerada informação voluntária, através da *Internet*, sendo que as restantes o fazem no seu relatório e contas anual.

Embora o relatório e contas e a *Internet* sejam os principais veículos de transmissão da informação voluntária, esta também pode ser efectuada através de publicações na imprensa, brochuras e publicidade. No entanto, Zéghal e Ahmed (1990) referidos por Branco em 2003, num estudo realizado sobre a divulgação voluntária de informação social, aferiram que quer as brochuras, quer a publicidade, não eram muito utilizadas para divulgar este tipo de informação, embora a publicidade se destacasse em relação à primeira forma de divulgação.

Tal como o tipo de informação voluntária, a forma de comunicação da mesma também varia de empresa para empresa. Branco (2003) concluiu que o sector de actividade tem um grande impacto sobre a escolha do meio de transmissão.

Torres e Paradís (2003) referem que as empresas que incluem a informação voluntária no seu relatório e contas, mais concretamente nos anexos ou no relatório de gestão, fazem-no porque entendem que este documento deve conter toda a informação relevante para a empresa e seus destinatários.

Outras empresas, porém, preferem publicar a informação adicional na sua página *Web*, pois assim conseguem divulgar maior quantidade de informação, aceder a um maior número de utilizadores e actualizar constantemente a informação disponibilizada. Ao contrário do que geralmente acontece em suporte de papel, quando a informação é publicada no endereço electrónico da empresa, esta é apresentada em documentos separados, ou seja, há uma desvinculação clara ao Relatório e Contas da empresa. Porém, tal procedimento pode retirar credibilidade à informação, uma vez que esta não se encontra auditada nem está associada a qualquer documento legalmente obrigatório e certificado.

Como se pode constatar, na divulgação voluntária, a informação fornecida pela empresa sobre si própria é não legislada, extravasando, regra geral, os aspectos meramente económicos e financeiros, permitindo satisfazer melhor as necessidades dos utilizadores e, sobretudo, orientar o processo de tomada de decisão.

## **2.2 - A Qualidade e a necessidade da Divulgação Voluntária de Informação**

O conceito de qualidade da divulgação pode ser definido de uma forma muito variada, o que sugere o seu carácter complexo e multifacetado. Por exemplo, Levitt (1998) refere que o sucesso do capital estará directamente dependente da qualidade demonstrada quer dos sistemas contabilísticos, quer da informação divulgada. Se os sistemas de divulgação tiverem por base normas de elevada qualidade, isso transmitirá confiança aos investidores e tornará o relato financeiro mais credível. Este autor considera que boas normas de contabilidade serão aquelas que originam mapas de situação financeira que apresentem os acontecimentos respeitantes ao período em que realmente aconteceram, nem antes, nem depois.

Para Mueller (2000), a qualidade da informação financeira é influenciada tanto pela qualidade das normas contabilísticas, como por outros factores institucionais, nomeadamente, o governo da empresa, o sistema legal vigente e a existência e aplicação de leis que regulam a protecção do investidor e a divulgação de informação financeira, que afectam quer a procura, quer a oferta de informação.

Já Ball, Owen e Gray (2000) consideram a transparência como sendo uma combinação das propriedades da oportunidade e do conservadorismo. Por oportunidade entendem ser o grau com que os actuais acontecimentos financeiros incorporam os acontecimentos económicos presentes. Por conservadorismo, entende-se a maior ou menor rapidez com que os financeiros reflectem as más notícias económicas relativamente às boas.

Heflin, Shaw e Wild (2001) mencionam que a qualidade da informação, tal como é divulgada, é um factor importante para a liquidez do mercado de capitais, tendo a divulgação pública, como consequência, a redução das assimetrias de informação entre os intervenientes no mercado, aumentando a possibilidade desses mesmos

intervenientes poderem efectuar as suas transacções quando o pretenderem e a um preço razoável.

De acordo com Moneva, Llena e Lameda (2005), a questão chave é que a adopção desta nova orientação na gestão está ligada à imagem económico-financeira da empresa. O estudo da KPMG (2006) concluiu que o principal benefício que as empresas afirmam obter com a publicação deste tipo de informação é a melhoria do desempenho operacional e de gestão.

Para satisfazer as lacunas na divulgação de informação, foram desenvolvidas várias estruturas de divulgação da informação sustentável, nomeadamente as directrizes da GRI. Esta organização será apresentada mais detalhadamente no ponto 2.3 deste trabalho.

Entre outros propósitos, a divulgação voluntária e, em particular, o relatório de sustentabilidade, podem ser usados, de acordo com a GRI (2006), como: padrão de referência e avaliação do desempenho de sustentabilidade com respeito a leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; como demonstrativo da forma como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável e como forma de comparação de desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo, e geograficamente espalhadas, acordados globalmente por várias partes interessadas, e como aplicáveis na divulgação do desempenho de sustentabilidade da organização.

Sampaio (2007) refere que existe um elevado grau de consenso entre as avaliações requeridas pela GRI e que muitas das medidas que os analistas financeiros consideram imprescindíveis para a avaliação do desempenho de uma empresa estão presentes naquelas directrizes, o que prova a qualidade das mesmas enquanto motivadoras do relato de informação sustentável.

Em 2008, Larrinaga, Archel e Fernández estudaram a divulgação de informação social e ambiental como forma de proporcionar visibilidade. Os autores concluíram que este tipo de informação é utilizado para melhorar a imagem das empresas, as quais não estão a mudar profundamente a sua forma de encarar o desenvolvimento sustentável. A falta de

pressão por parte da sociedade faz com que as empresas utilizem este tipo de divulgação como forma de controlar e limitar as questões em matéria de sustentabilidade.

Trebucq, Evraert e Nassif (2008) afirmam que a adopção da estrutura da GRI constitui um bom início para a divulgação voluntária de informação, pois tem o potencial de ganhar visibilidade e controlo do desempenho económico, ambiental e social da organização. Contudo, necessita de desenvolvimento, principalmente na questão da verificabilidade. De acordo com a GRI (2006), para que um relatório possa estar sujeito a verificação, o processo de envolvimento das partes interessadas deverá estar documentado, tendo em conta que a incapacidade de as identificar e envolver reduz as probabilidades dos relatórios serem adequados às necessidades das mesmas.

Pode então verificar-se, pelo anteriormente exposto, que na literatura não existe uma definição precisa nem consensual de qualidade da informação financeira. Parece existir uma inadequação entre as necessidades sentidas pelos investidores e a informação que lhes é disponibilizada pelas empresas. É também importante analisar, para além da transparência da comunicação financeira das empresas, qual a sua estratégia de comunicação.

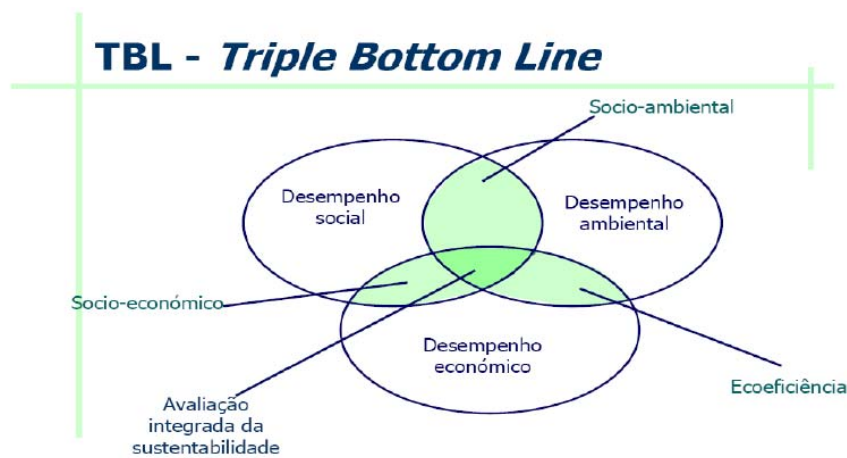
### **2.3 – O papel da GRI na harmonização da divulgação voluntária de informação**

Com o objectivo de uniformizar o tipo de informação e a forma de a apresentar nos relatórios de sustentabilidade, diversas instituições têm vindo a repensar a formatação daquele documento através da normalização de definições, formatos e indicadores de desempenho. Um exemplo destas tentativas de normalização dos relatórios de sustentabilidade é o dado pela GRI e aplicado por muitas das empresas que divulgam informação voluntária.

A GRI é uma iniciativa internacional, criada com visão de longo prazo, cuja missão é elaborar e difundir as directrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, aplicáveis voluntariamente por organizações que pretendam elaborar relatórios abrangendo as dimensões económica, ambiental e social das suas actividades, produtos e/ou serviços.

O seu objectivo é incrementar a utilidade da informação divulgada, permitindo que esta seja comparável, fiável e relevante. Na sua última versão, a GRI inclui 79 indicadores diferentes, agrupados nos termos das três dimensões que convencionalmente definem o desenvolvimento sustentável: económico, ambiental e social.

Uma empresa socialmente responsável deverá assim ter uma gestão baseada nos 3 P's ou na *Triple Bottom Line*, ou seja, uma gestão regulada por objectivos e preocupações relacionados com os Proveitos (*Profits*), Planeta (*Planet*) e com as Pessoas (*People*), conforme representadas na Figura 1:



**Figura 1: Dimensões da sustentabilidade empresarial**

**Fonte:** Centro de Economia Ecológica e Gestão do Ambiente – DCEA FCT - Universidade Nova de Lisboa

Analisando a Figura 1 podemos afirmar que *Profit*, trata-se do lucro, sendo o resultado económico positivo de uma empresa. Quando se leva em conta o *triple bottom line*, deve levar-se em conta os outros dois aspectos, por exemplo, não adianta à empresa ter lucros se estes são obtidos à custa de uma utilização abusiva de meios ambientais e humanos.

Já o *Planet* refere-se ao capital natural de uma empresa ou sociedade. É a perna ambiental do tripé. Aqui assim como nos outros itens, é importante pensar no pequeno, médio e longo prazo. A princípio, praticamente toda a actividade económica tem impacto ambiental negativo. Nesse aspecto, a empresa ou a sociedade deve pensar nas formas de amenizar esses impactos e compensar o que não é possível amenizar. Assim uma empresa que usa determinada matéria-prima deve arranjar formas de repor os

recursos ou, se não é possível diminuir o máximo possível o uso desse material, ou por outras palavras, quer dizer a quantidade de CO2 emitido pelas suas acções.

Por último, *People* diz respeito ao tratamento do capital humano de uma empresa ou sociedade. Além de salários justos e adequados à legislação trabalhista, é preciso pensar em outros aspectos como o bem-estar dos seus trabalhadores, propiciando, por exemplo, um ambiente de trabalho agradável, pensando na saúde do trabalhador e da sua família.

A origem da GRI deve-se à cooperação entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERE) e a *United Nations Environment Programme* (UNEP) em 1997. Em Abril de 2002, tornou-se numa estrutura independente, colaboradora oficial da UNEP e do Pacto Global das Nações Unidas. Desde então, um comité executivo de membros, representando um vasto e abrangente conjunto de grupos interessados, tem guiado a GRI na concepção de um marco global e no desenvolvimento de directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade.

As Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Conselho de Ministros da União Europeia (EU), a Comissão Europeia e o Fórum Económico Mundial, entre outros, referiram-se à GRI nas suas comunicações considerando-a como uma ferramenta essencial para garantir a transparência e manifestar o compromisso das organizações face à responsabilidade social.

### **2.3.1 – As directrizes e os princípios da GRI**

O primeiro esboço de directrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade foi apresentado pela GRI em 1999, sendo efectivamente lançado em 2000. Logo de imediato foi iniciado um processo contínuo de revisão que terminou com a publicação das directrizes 2002, sendo estas editadas na versão portuguesa, em 2004. Em 2006 foi lançada a terceira versão denominada “G3”.

Embora a GRI (2006) não defina expressamente o conceito de sustentabilidade, menciona que utiliza a expressão “Relatório de Sustentabilidade” como sinónimo de relatórios de cidadania, balanço social ou outras expressões que tenham em conta os aspectos económicos, sociais e ambientais do desempenho de uma organização.

As directrizes GRI para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade ao abordarem os três elementos inter-relacionados da sustentabilidade constituem um ponto de partida facilmente compreensível que alcançou um amplo grau de consenso. Tendo em conta as necessidades das empresas, estas directrizes não são exclusivas de nenhuma indústria ou sector podendo ser aplicadas por qualquer tipo de organização, com ou sem fins lucrativos, independentemente da sua dimensão.

Os princípios para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade estabelecem um acordo entre a organização que produz o relatório e o utilizador, garantindo que ambas as partes partilham um entendimento comum sobre os fundamentos do relatório. Os princípios pretendem ser uma base duradoura através da qual existia uma evolução da avaliação do desempenho das organizações com base em novos conhecimentos e em processos de aprendizagem, sendo que a GRI considera que os relatórios baseados nestes princípios serão mais credíveis e transparentes do que os que não os seguem.

Os princípios agrupam-se em quatro categorias, que:

- constituem a estrutura do relatório: Princípios da transparência, Princípio da inclusão e Princípio da auditabilidade;
- informam sobre o que concluir nos relatórios: Princípio da abrangência, Princípio da relevância e Princípio do contexto da sustentabilidade.
- estão associados à garantia de qualidade e de fidedignidade: Princípio da exactidão, Princípio da neutralidade e Princípio da comparabilidade.
- informam sobre as preocupações associadas ao modo como a informação é relevada: Princípio da clareza e Princípio da periodicidade.

De acordo com as Directrizes, os princípios de transparência e de inclusão são os pontos de partida para a elaboração de relatórios e estão na base da criação de todos os outros princípios. Os princípios de contexto de sustentabilidade, de abrangência e de relevância têm um papel chave na determinação do que deve ser incluído num relatório. A qualidade e a fidedignidade do conteúdo dos relatórios são guiadas pelos princípios de neutralidade, comparabilidade e exactidão. Os princípios da clareza e periodicidade estão na base do acesso e da disponibilidade dos relatórios. O princípio de auditabilidade refere-se especificamente à capacidade de demonstrar que as informações

e os processos subjacentes à elaboração do relatório satisfazem critérios rigorosos de qualidade, fidedignidade e outras expectativas similares.

Assim, os onze princípios da GRI asseguram que os relatórios de sustentabilidade:

- Apresentem uma visão equilibrada e sensata do desempenho económico, ambiental e social da organização, descrevendo a contribuição da organização para o desenvolvimento sustentável;
- Facilitem as comparações ao longo do tempo;
- Facilitem as comparações entre organizações distintas;
- Cubram com credibilidade os assuntos que preocupam as várias partes interessadas.

De acordo com Trebucq, Evraert e Nassif (2008), a GRI enfatizou consistentemente a relação entre divulgação de sustentabilidade e divulgação financeira. Os princípios da divulgação de sustentabilidade da GRI tem indicações que destacam as ideias e os atributos fundamentais significativos da divulgação e estão envolvidos directamente com os princípios de divulgação financeira desenvolvidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Assim, quatro dos princípios da GRI (relevância, periodicidade, neutralidade, comparabilidade) são idênticos aos quatro princípios do FASB.

Já os restantes cinco princípios (transparência, clareza, auditabilidade, inclusão e exactidão) são materialmente similares aos princípios do FASB. Somente dois princípios da GRI são únicos: a abrangência e a sustentabilidade. Já o princípio da inclusão relaciona-se com a importância de introduzir as visões e opiniões das partes interessadas durante a estrutura do relatório. Finalmente, o princípio do contexto de sustentabilidade solicita que o desempenho organizacional seja introduzido no contexto ecológico e social.

### **2.3.2 – Os indicadores de desempenho**

Os indicadores da GRI para a elaboração de relatórios abordam os três elementos inter-relacionados da sustentabilidade, isto é, os indicadores económicos, os indicadores ambientais e os indicadores sociais tal como se aplicam numa organização. A GRI

(2000) estabeleceu uma hierarquia de elementos de informação para cada uma das dimensões de sustentabilidade, contemplando três níveis:

- **Categorias:** áreas ou agrupamentos das questões económicas, ambientais ou sociais que afectam as partes interessadas;
- **Aspectos:** elementos relacionados com uma categoria específica;
- **Indicadores:** valores específicos de um aspecto concreto que possam ser utilizados para acompanhar e demonstrar o desempenho. Os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos.

Os indicadores quantitativos oferecem mais vantagens, mas podem revelar-se pouco fiáveis, incompletos ou ambíguos para medir o desempenho em determinados aspectos. Já os indicadores qualitativos devem conter uma resposta descritiva para serem complementares e essenciais ao apresentar o quadro completo de uma organização nos desempenhos económicos, ambientais e sociais (GRI, 2002).

No Quadro 1 é apresentada a síntese de indicadores por desempenho, de acordo com a estrutura da GRI (2006):

**Quadro 1: Síntese de indicadores por desempenho**

<b>9</b>	<b>Desempenho Económico</b>
<b>30</b>	Desempenho Ambiental
<b>40</b>	Desempenho Social
<b>79</b>	<b>Total geral de indicadores</b>

**Fonte:** Elaboração própria

O desempenho económico com um total de nove indicadores inclui três aspectos diferenciados: o aspecto desempenho económico com quatro indicadores, o aspecto presença de mercado com três indicadores e o aspecto impactos económicos indirectos com dois indicadores.

O desempenho ambiental, com um total de trinta indicadores, inclui nove aspectos: o aspecto materiais com dois indicadores, o aspecto energia com cinco indicadores, o aspecto água com três indicadores, o aspecto biodiversidade com cinco indicadores, o

aspecto emissões, efluentes e resíduos com dez indicadores, o aspecto produtos e serviços com dois indicadores, o aspecto conformidade, o aspecto transporte e o aspecto geral ambos com um indicador cada;

O desempenho social, com um total de quarenta indicadores, subdivide-se em quatro categorias:

- As práticas laborais e trabalho condigno – com um total de catorze indicadores, incluem os aspectos emprego com três indicadores, o aspecto relações entre trabalhadores e a governança com dois indicadores, o aspecto saúde e segurança no trabalho com quatro indicadores, o aspecto treino e educação com três indicadores e, por fim, o aspecto diversidade e igualdade de oportunidades com dois indicadores;
- Direitos humanos – com um total de nove indicadores, incluem o aspecto práticas de investimentos e de processos de compra com três indicadores, e os aspectos não-discriminação, liberdade de associação e negociação colectiva, trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, práticas de segurança e o aspecto direitos indígenas, todos com apenas um indicador;
- Sociedade - com um total de oito indicadores, incluem o aspecto comunidade com um indicador, o aspecto corrupção com três indicadores, o aspecto política pública com dois indicadores, e os aspectos concorrência desleal e conformidade, ambos com um indicador cada;
- Responsabilidade pelo produto - com um total de nove indicadores, incluem o aspecto saúde e segurança do cliente com dois indicadores, o aspecto rotulagem de produtos e serviços com três indicadores, o aspecto comunicações de marketing com dois indicadores, os aspectos conformidade e *compliance*, com um indicador cada.

### **2.3.3 - Análise dos desempenhos**

A responsabilidade social empresarial está a ganhar aceitação entre um grande número de empresas e dos grupos mundiais, como uma parte significativa do seu processo de reconhecimento e divulgação. Até à data, os relatórios de sustentabilidade raramente incluíam medidas económicas, embora tradicionalmente se tenham medido certos

efeitos económicos, como por exemplo, a deslocalização da empresa, o seu encerramento e investimento em novas localizações (GRI, 2000).

### ➤ Desempenho Económico

Este desempenho refere a dimensão económica da organização em relação aos impactos das organizações sobre as condições económicas das suas partes interessadas e sobre os sistemas económicos a nível local, nacional e global. Os indicadores económicos ilustram os fluxos de capital entre as diferentes partes interessadas e os principais impactos económicos da organização sobre a sociedade como um todo (GRI, 2006). No Quadro 2, são apresentados os indicadores que compõem os três aspectos do desempenho económico de acordo com a estrutura da GRI 2006.

**Quadro 2: Descrição dos indicadores do desempenho económico**

<b>Desempenho Económico</b>	
<b>Aspecto: Desempenho Económico</b>	
<b>EC1</b>	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais. Indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.
<b>EC2</b>	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às alterações climáticas
<b>EC3</b>	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização
<b>EC4</b>	Apoio financeiro significativo recebido do governo
<b>Aspecto: Presença no Mercado</b>	
<b>EC5</b>	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes.
<b>EC6</b>	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes.
<b>EC7</b>	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes.
<b>Aspecto: Impactes Económicos Indirectos</b>	
<b>EC8</b>	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou pro bono.
<b>EC9</b>	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão.

Fonte: Adaptado da GRI (2006).

### ➤ Desempenho Ambiental

O desenvolvimento e crescimento económico associado à globalização e internacionalização faz com que as empresas alterem o seu comportamento em relação ao meio ambiente, passando a adoptar sistemas de controlo e de protecção ambiental. A divulgação de informação ambiental é encarada pelas organizações como forma de lhes

dar credibilidade perante as partes interessadas, para obterem mais capacidade competitiva e para se tornarem mais transparentes. É um facto que a responsabilidade social das empresas passa por contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (Livro Verde, 2001). A consciencialização da responsabilidade ambiental é baseada fundamentalmente na convicção de que é possível simultaneamente proteger o ambiente e fomentar o crescimento económico e o progresso social.

Porter e Van der Linde (1995) afirmam que a melhoria do desempenho ambiental é uma potencial fonte de vantagens competitivas, questionando se é realmente necessária a regulação, uma vez que a inovação na utilização dos recursos melhora a produtividade e, se serve de resposta à regulação ambiental, pode tornar-se rentável.

Segundo a GRI (2002), os relatórios de sustentabilidade contribuem para reduzir a volatilidade nos preços das acções de capital. Além do mais, podem fornecer informações relevantes para os analistas de mercado, a partir daí, é possível perceber que os relatórios ambientais são uma necessidade e uma oportunidade.

Neste sentido da melhoria do desempenho ambiental, Rodrigues, Oliveira e Menezes (2005) examinou a potencial contribuição dos seus indicadores internos ao gerar uma vantagem competitiva sustentável, testando a capacidade valiosa, inimitável, e de suporte a uma estratégia ambiental proactiva, tornando-se assim mais competitiva, sendo apenas afectada pelas pressões do sector que podem anular aquele efeito.

Embora a obrigação primária das empresas seja a obtenção de lucros, as empresas devem ao mesmo tempo contribuir para o cumprimento de objectivos sociais e ambientais, incluindo-os na sua estratégia empresarial, nos seus instrumentos de gestão e nas suas operações, possibilitando uma melhor gestão da mudança e a conciliação entre o desenvolvimento social e uma competitividade reforçada.

De acordo com o estudo de 2006 da KPMG, as melhorias obtidas a este nível são o principal benefício da divulgação de informação sustentável. Assim, as tendências empresariais vão de encontro ao desenvolvimento sustentável, seja quais forem as suas motivações, normalmente relacionadas com a sua reputação/marca.

No Quadro 3, são apresentados os indicadores que compõem os nove aspectos do desempenho ambiental de acordo com a estrutura da GRI (2006).

**Quadro 3: Descrição dos indicadores do desempenho ambiental**

<b>Desempenho Ambiental</b>	
<b>Aspecto: Materiais</b>	
<b>EN1</b>	Materiais utilizados, por peso ou por volume
<b>EN2</b>	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.
<b>Aspecto: Energia</b>	
<b>EN3</b>	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária.
<b>EN4</b>	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.
<b>EN5</b>	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência.
<b>EN6</b>	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas.
<b>EN7</b>	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas.
<b>Aspecto: Água</b>	
<b>EN8</b>	Consumo total de água, por fonte.
<b>EN9</b>	Recursos hídricos significativamente afectadas pelo consumo de água.
<b>EN10</b>	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada.
<b>Aspecto: Biodiversidade</b>	
<b>EN11</b>	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.
<b>EN12</b>	Descrição dos impactes significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
<b>EN13</b>	Habitats protegidos ou recuperados.
<b>EN14</b>	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactes na biodiversidade.
<b>EN15</b>	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.
<b>Aspecto: Emissão, Efluentes e Resíduos</b>	
<b>EN16</b>	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso.
<b>EN17</b>	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.
<b>EN18</b>	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas.
<b>EN19</b>	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.
<b>EN20</b>	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.
<b>EN21</b>	Descarga total de água, por qualidade e destino.
<b>EN22</b>	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.
<b>EN23</b>	Número e volume total de derrames significativos

**Quadro 3: Descrição dos indicadores do desempenho ambiental (continuação)**

<b>EN24</b>	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – Anexos I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional.
<b>EN25</b>	Identidade, dimensão, estatuto de protecção e valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial.
<b>Aspecto: Produtos e Serviços</b>	
<b>EN26</b>	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.
<b>EN27</b>	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.
<b>Aspecto: Conformidade</b>	
<b>EN28</b>	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
<b>Aspecto: Transporte</b>	
<b>EN29</b>	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários.
<b>Aspecto: Geral</b>	
<b>EN30</b>	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo.

Fonte: Adaptado da GRI (2006).

### ➤ **Desempenho Social**

O desempenho social refere a dimensão social da actividade de uma organização em relação à sociedade, como é o caso dos empregados, clientes, comunidade, cadeia de fornecedores e sócios empresariais. Actualmente, a elaboração de relatórios sobre a actuação social ocorre ainda com pouca frequência e coerência nas organizações, não se encontrando num grau de desenvolvimento tão avançado como as medidas de actuação ambiental onde já existem normas específicas de controlo ambiental.

Muitas das partes interessadas são de opinião de que melhorar e dar informação sobre a actuação social da empresa beneficia a sua reputação, aumenta a confiança das partes interessadas, cria novas oportunidades e reduz custos (GRI, 2000).

No Quadro 4 são apresentados os indicadores que compõem os quarenta aspectos do desempenho social de acordo com a estrutura da GRI 2006.

**Quadro 4: Descrição dos indicadores do desempenho social**

<b>Desempenho Social</b>	
<b>Desempenho de Práticas laborais e trabalho condigno</b>	
<b>Aspecto: Emprego</b>	
<b>LA1</b>	Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região.
<b>LA2</b>	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.
<b>LA3</b>	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial.
<b>Aspecto: Relação entre Funcionários e Administração</b>	
<b>LA4</b>	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva.
<b>LA5</b>	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.
<b>Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho</b>	
<b>LA6</b>	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
<b>LA7</b>	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.
<b>LA8</b>	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.
<b>LA9</b>	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos.
<b>Aspecto: Formação e Educação</b>	
<b>LA10</b>	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.
<b>LA11</b>	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira.
<b>LA12</b>	Percentagem de funcionários que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira.
<b>Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades</b>	
<b>LA13</b>	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.
<b>LA14</b>	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.
<b>Desempenho referente aos Direitos Humanos</b>	
<b>Aspecto: Práticas de Investimento e de Aquisições</b>	
<b>HR1</b>	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.
<b>HR2</b>	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.
<b>HR3</b>	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação.

**Quadro 4: Descrição dos indicadores do desempenho social (continuação)**

<b>Aspecto: Não-Discriminação</b>	
<b>HR4</b>	Número total de casos de discriminação e acções tomadas.
<b>Aspecto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Colectiva</b>	
<b>HR5</b>	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
<b>Aspecto: Trabalho Infantil</b>	
<b>HR6</b>	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
<b>Aspecto: Trabalho Forçado e Escravo</b>	
<b>HR7</b>	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.
<b>Aspecto: Práticas de Segurança</b>	
<b>HR8</b>	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações.
<b>Aspecto: Direitos dos Povos Indígenas</b>	
<b>HR9</b>	Número total de Incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e acções tomadas.
<b>Desempenho Social referente à Sociedade</b>	
<b>Aspecto: Comunidade</b>	
<b>SO1</b>	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactes das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada.
<b>Aspecto: Corrupção</b>	
<b>SO2</b>	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção.
<b>SO3</b>	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização.
<b>SO4</b>	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
<b>Aspecto: Políticas Públicas</b>	
<b>SO5</b>	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão.
<b>SO6</b>	Valor total das contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país.
<b>Aspecto: Concorrência Desleal</b>	
<b>SO7</b>	Número total de acções judiciais por concorrência desleal, <i>antitrust</i> e práticas de monopólio, bem como os seus resultados.
<b>Aspecto: Conformidade</b>	
<b>SO8</b>	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.
<b>Desempenho Social referentes à Responsabilidade pelo Produto</b>	
<b>Aspecto: Saúde e Segurança do Cliente</b>	
<b>PR1</b>	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos.

**Quadro 4: Descrição dos indicadores do desempenho social (continuação)**

<b>PR2</b>	Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.
<b>Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços</b>	
<b>PR3</b>	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.
<b>PR4</b>	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
<b>PR5</b>	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente.
<b>Aspecto: Comunicações de Marketing</b>	
<b>PR6</b>	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
<b>PR7</b>	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
<b>Aspecto: Privacidade do Cliente</b>	
<b>PR8</b>	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes.
<b>Aspecto: Conformidade</b>	
<b>PR9</b>	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.

Fonte: Adaptado da GRI (2006).

### **2.3.4 – A evolução da estrutura dos indicadores da GRI**

A GRI tem procedido à reestruturação dos seus indicadores de forma a satisfazer as partes interessadas. No ano de 2000, os aspectos relevantes na análise do desempenho económico eram nove e referiam-se a vinte e três indicadores de divulgação de informação. Na área ambiental esta distribuição era repartida por nove aspectos, em trinta e seis indicadores. No desempenho social existia uma divisão em dois grupos que abordavam “Postos de trabalho” e “Direitos Humanos”, repartindo estes treze aspectos em trinta e sete indicadores de informação de carácter social.

Já no ano de 2002 existiu uma redução global a nível de desempenho económico e ambiental, em particular dos indicadores e dos aspectos que os agrupam, sendo estes de cinco aspectos para dez indicadores económicos e de sete aspectos para dezasseis indicadores ambientais. A nível do desempenho social essa tendência só se verificou a nível da quantidade de indicadores, reduzidos para vinte e quatro unidades, mas agora

agrupados em dezasseis aspectos. Os grupos de análise são de quatro, repartidos por “Práticas Laborais”, “Direitos Humanos”, “Sociedade” e “Responsabilidade pelo Produto”.

Em 2006, a GRI colocou o desempenho económico agrupado em três aspectos com um total de nove indicadores de divulgação. Na parte ambiental verifica-se um crescimento para nove aspectos e trinta indicadores de informação. No desempenho social continuam a existir os quatro grupos e assiste-se a um crescimento de vinte e dois aspectos que abordam agora um total de quarenta indicadores.

As directrizes GRI 2006, para além de apresentarem o conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, sugerem uma série de 79 indicadores de desempenho empresarial, divididos por aspectos que representam a dimensão económica, social e ambiental da sustentabilidade. Estes indicadores têm a função de facilitar a apresentação de informações sobre os impactos causados pela organização de forma a permitir a comparabilidade entre relatórios e entre organizações.

O Quadro 5 apresenta a evolução das várias versões GRI (2000), GRI (2002) e GRI (2006):

**Quadro 5: Evolução dos aspectos e dos indicadores do desempenho económico, ambiental e social**

GRI	Desempenho Económico		Desempenho Ambiental		Desempenho Social	
	Aspectos	Indicadores	Aspectos	Indicadores	Aspectos	Indicadores
	<b>2000</b>	9	23	9	36	2
<b>2002</b>	5	10	7	16	4	24
<b>2006</b>	3	9	9	30	4	40

Fonte: Adaptado de Carvalho (2008)

Da análise do Quadro 5, verifica-se que a nível do desempenho económico, as estruturas de 2000 a 2006 apresentam uma redução significativa em termos de indicadores. Já no que respeita aos desempenhos ambiental e social a sua evolução não é regular na medida em que se verifica um decréscimo de 2000 para 2002 e um acréscimo de 2002 para 2006. O crescimento é mais acentuado no desempenho social que ultrapassa mesmo os valores do ano 2000.

No seu trabalho em 2005, Moneva, Llena e Lameda referem que houve um crescimento dos indicadores dos desempenhos ambiental e social e um decréscimo dos indicadores do desempenho económico. Este decréscimo explica-se pelo facto das partes interessadas estarem mais empenhadas neste desempenho e disporem de informação financeira para satisfazer as suas necessidades. Relativamente ao desempenho ambiental, o autor destaca o elevado aumento da divulgação sobre emissões dos gases de efeito estufa, evolução esta que se deve à implementação do protocolo de Quioto.

## **2.4 - Factores que influenciam a divulgação voluntária de informação**

### **➤ A dimensão**

Na opinião da generalidade dos autores, as empresas de maior dimensão são as responsáveis por uma maior quantidade e qualidade da informação ambiental e social divulgada (Adams, Hill e Roberts, 1998; Moneva e Llena 2000; Archel, 2003; Larrinaga, Archel e Fernández, 2008). Estas empresas, para além de terem de cumprir obrigações legais relacionadas com a comunicação das suas actividades (Wilmshurst e Frost, 2000) são simultaneamente as que se encontram mais visíveis e sujeitas a pressões públicas e da comunicação social (Gray, Kouhy e Lovers, 1995; Deegan e Gordon, 1996; Bansal, 2005) o que poderá justificar maior divulgação de informação.

Lang e Lundholm (1993) referem o facto de as maiores empresas poderem ter maiores impactos sobre a sociedade, fazendo um uso mais extensivo do mercado de capitais e tendo um maior número de analistas a seguir as suas acções. Estes factos fazem com que as mesmas se disponham a fornecer um maior volume de informação ao mercado. Por outro lado, estas empresas são alvo da atenção do público em geral, sendo maior a exigência da informação divulgada, para além de ser possível reduzir os custos de elaboração da informação devido às economias de escala.

Trebuçq, Evraert e Nassif (2008) referem que a dimensão da empresa é um factor importante da contingência que requer a consideração explícita na decisão de adopção da GRI. Contudo, foi só nos anos 1960 e 1970 que as empresas manifestaram maior inovação e experiência em desenvolver formatos de relatórios e na publicação de objectivos e resultados corporativos quanto ao desempenho social e ambiental (Dierkes e

Preston, 1986). Nesta perspectiva, a divulgação social e ambiental pode ser usada pelas grandes empresas para tentar legitimar as suas acções à sociedade.

O tamanho da empresa pode ser medido através do número de empregados, do volume de negócios ou do activo total. Autores como Fernández, Moreno e Olmeda (2006) utilizaram o volume de negócios e o total do activo, enquanto autores como Hassan, Percy, e Goodwin (2004), Chalmers e Godfrey (2004), Aggarwal e Simkins (2004) e Lopes e Rodrigues (2007) se basearam apenas no total do activo. Uma vez que não existem fundamentos teóricos que justifiquem a utilização de uma determinada medida em particular para o tamanho da empresa, neste trabalho optou-se pelo activo total.

### ➤ **A rendibilidade**

De acordo com Meek, Roberts e Gray (1995), as empresas com elevadas taxas de rendibilidade tendem a divulgar maior quantidade de informação de modo a distinguirem-se das empresas com baixas rendibilidades, atraindo assim potenciais investidores.

Também Álvarez (2001), defende que existe relação entre a rendibilidade e o índice de divulgação, apesar de ter constatado que é um dos factores mais difíceis de medir e precisar. No entanto, alguns autores como McNally *et al.* (1992) referido por Meek, Roberts e Gray (1995) e Lang e Lundhlof (1993) não encontraram uma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis, uma vez que as empresas com menor rendibilidades podem também aumentar o seu nível de informação divulgada de modo a explicar o seu menor desempenho.

Em 1993, Lang e Lundhlof assinalam o facto de as empresas menos rentáveis também poderem proceder a um acréscimo da divulgação de informação, no sentido de explicarem as razões do seu menor desempenho e assegurarem perante o mercado, as expectativas de crescimento futuro.

O estudo de Rennings *et al.* (2003) examina o efeito da *performance* ambiental e social na performance das acções no que diz respeito às sociedades europeias cotadas. A base teórica da análise é o modelo multifactor, que mede a ligação entre 3 factores de risco

(risco de mercado, risco de capitalização, *book-to-market value ratio*) e o retorno esperado por acção. O resultado mais importante é que uma *performance* ambiental mais elevada no sector tem uma influência significativamente positiva na *performance* em bolsa.

O trabalho que Moneva, Llena e Lameda (2005) realizaram sobre a relação da rendibilidade com o conteúdo da informação divulgada, aponta para uma tendência positiva entre os indicadores de rendibilidade e uma relação inversa com a qualidade da informação divulgada. Isto pode indicar que as empresas integram na sua gestão novos enfoques para acabar com esta tendência negativa, esperando que a informação divulgada seja um sinal para os mercados.

Fernández, Moreno e Olmeda (2006), incluíram a variável rentabilidade para medir a eficiência empresarial. Contudo, estes autores não obtiveram qualquer evidência empírica da associação existente entre a variável rentabilidade e o nível de informação sobre instrumentos derivados divulgada.

Plumlee, Brown e Marshall (2007) exploram a relação entre a qualidade da divulgação de informação ambiental de uma empresa e o valor da empresa. A investigação debruça-se em 5 indústrias identificadas pelo índice *Dow Jones Global*, duas indústrias consideradas "ambientalmente sensíveis" e três indústrias "não sensíveis ambientalmente". Os resultados apoiam modelos que sugerem que as empresas com elevada qualidade de divulgação ambiental suportam menores riscos que as empresas com baixa qualidade de divulgações ambientais, tal como também as opiniões dos gestores de que tais informações reduzem o risco de informação.

#### ➤ **O sector de actividade**

O ambiente externo em que cada empresa se enquadra influencia as suas políticas e decisões e, conseqüentemente, a sua competitividade e sucesso. Esse ambiente e as pressões que ele exerce, variam em função do sector de actividade, nomeadamente, a influência exercida sobre a política de divulgação.

Alguns autores detectaram a existência de diferenças significativas, quer na quantidade quer na qualidade da informação divulgada, em função do sector de actividade (Deegan

e Gordon, 1996; Adams, Hill e Roberts, 1998; Archel, 2003; Branco e Rodrigues, 2008a) devido a legislação de cumprimento obrigatório e à crescente consciência do impacto das empresas no meio, correspondendo às empresas de alto impacto ambiental a maior divulgação de informação. Os sectores considerados “mais limpos”, como é o caso do sector financeiro, serviços, comunicação e média, têm aumentado a divulgação destas matérias em relação aos sectores considerados tradicionalmente como de maior impacto (Branco e Rodrigues, 2008b).

Meek, Roberts e Gray (1995) referem que os custos políticos e fiscais, os custos com desvantagens competitivas e outros custos com a informação voluntária variam em função da indústria, logo o sector em que cada empresa se insere vai influenciar a decisão de divulgação.

Para Álvarez (2001), a probabilidade de empresas farmacêuticas divulgarem informação sobre o desenvolvimento de novos produtos é maior do que a probabilidade ocorrida numa empresa do ramo têxtil, devido ao elevado nível concorrencial do sector têxtil e também à maior facilidade na imitação destes produtos.

De acordo com o *World Business Council for Sustainable Development* (2002), para além de outros benefícios internos e externos, só o facto de elaborar um relatório é em si benéfico para as empresas, uma vez que é uma tarefa que requer uma abordagem sistemática do desenvolvimento sustentável, tornando-o numa parte integrante do processo de aprendizagem dentro da organização.

### **3. A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA EMPRESARIAL DA SUSTENTABILIDADE: OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

A evolução dos mercados de capitais tem dinamizado a divulgação voluntária de informação à escala mundial, proporcionando às partes interessadas informação cada vez mais adequada à tomada de decisão, nomeadamente através da divulgação de relatórios de sustentabilidade com objectivos gerais e específicos.

Neste contexto, um relatório de sustentabilidade constitui um acto de divulgação único que apresenta, de forma razoável e equilibrada, o desempenho de uma organização,

durante um determinado período de tempo. Elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática em medir e divulgar o desempenho das organizações às várias partes interessadas, visando atingir o objectivo do desenvolvimento sustentável.

### **3.1 – Os objectivos dos relatórios de sustentabilidade e a sua relação com os relatórios financeiros**

De acordo com as várias definições de informação voluntária apresentadas no ponto 2.1 deste trabalho, podemos afirmar que o relatório de sustentabilidade é uma ferramenta que serve para informar as várias partes interessadas, dos desempenhos económico, ambiental e social de uma empresa. A elaboração deste tipo de relatório por parte das empresas é um sinal da assumpção da sua responsabilidade social e ambiental perante a sociedade em que se insere. Este relatório é considerado um complemento das contas anuais, ampliando a informação financeira tradicional com informação não financeira.

A informação não financeira sobre a actuação relativa à sustentabilidade, sobretudo a de carácter ambiental e relativa às práticas de governo, já se encontra nos principais modelos de relatórios financeiros. Assiste-se a uma nova fase nas tendências de relato empresarial em que as empresas começam a fundir os seus relatórios financeiros com os relativos à sustentabilidade num único relatório anual. No entanto, a informação constante nos relatórios financeiros e a relativa a aspectos que caracterizam a sustentabilidade, incluída ou não nos relatórios financeiros, tem carácter complementar enriquecendo-se mutuamente, permitindo considerar na avaliação empresarial aspectos que saem do âmbito tradicional da análise financeira.

As características que melhor distinguem os relatórios de sustentabilidade dos tradicionais relatórios financeiros são que enquanto estes últimos têm como finalidade divulgar informação obrigatória aos accionistas ou investidores e outros interessados, os relatórios de sustentabilidade têm um carácter essencialmente voluntário e contam com uma imensa diversidade de utilizadores com a consequente diversificação de temas de interesse.

Conclui-se então, que elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir e divulgar às várias partes interessadas informação sobre o desempenho das organizações visando atingir o objectivo do desenvolvimento sustentável.

### **3.2 – O impacto da divulgação de relatórios de sustentabilidade**

As empresas ao assimilarem uma consciência ambiental e social estão gradualmente a modificar a sua actuação e a reconhecer os benefícios de passar do mero cumprimento da legislação para uma abordagem integrada baseada na sustentabilidade, prestando atenção às diversas partes interessadas e não apenas e principalmente aos investidores. Se até então o balanço social e as declarações ou relatórios ambientais tinham um carácter essencialmente voluntário, são cada vez mais frequentes as iniciativas legais e reguladoras que incentivam, pressionando, as empresas a divulgar informação para além da financeira, ou dito de outro modo, não financeira.

De acordo com o *World Business Council for Sustainable Development* (2002), para além de outros benefícios internos e externos, só o facto de elaborar um relatório é em si benéfico para as empresas, uma vez que é uma tarefa que requer uma abordagem sistemática do desenvolvimento sustentável, tornando-o numa parte integrante do processo de aprendizagem dentro da organização. Os benefícios da comunicação da sustentabilidade empresarial enunciados por este órgão foram: a transparência, a reputação, a criação de valor financeiro, a atracção de capital e condições de financiamento favoráveis, a consciencialização, motivação e captação de talentos, o manter a licença para operar, a melhoria dos sistemas de gestão, o incremento do diálogo interno, a consciencialização do risco, a inovação e a melhoria contínua.

Apesar das vantagens enunciadas, os relatórios de sustentabilidade podem originar alguns inconvenientes, relacionados com a própria actividade e gestão deficiente dos aspectos ambientais e sociais da empresa. A sua divulgação torna a empresa mais transparente e, por conseguinte, mais exposta a críticas e riscos, pois a informação disponibilizada pode ser usada contra a empresa por organismos de controlo público, entidades reguladoras, concorrentes, sindicatos, grupos ecologistas ou interesses locais. No caso da informação divulgada ser incorrecta mas benéfica para a imagem da empresa, esta poderá ser acusada de publicidade enganosa ou fraude.

Os custos significativos decorrentes da elaboração do relatório, sejam eles humanos ou financeiros, também são outro dos inconvenientes, sendo necessário algum tempo para criar sistemas de recolha de dados adequados aos novos parâmetros. As empresas tendem a divulgar os temas com os quais se encontram mais familiarizadas, uma vez que comunicar sobre novos tópicos requer o desenvolvimento de sistemas para agregar a informação necessária, o que pode tornar-se muito dispendioso e demorado.

Para Bebbington, Larrinaga e Moneva (2008), o principal objectivo das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade é ganhar ou manter a sua reputação.

Quanto aos benefícios decorrentes para as empresas que elaboram e divulgam o seu relatório com base na GRI, pode-se enunciar os seguintes:

- para a gestão da empresa, o relatório pode representar o diagnóstico das principais fortalezas e debilidades no que respeita ao seu desempenho sócio-ambiental, e assim, uma oportunidade de inovação e alta *performance*;
- para a imagem da empresa, o relatório é a oportunidade de transparência, melhoria da reputação e o aumento da fidelidade, motivação e compromisso das diversas partes interessadas.

### **3.3 – Publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal de acordo com a estrutura da GRI**

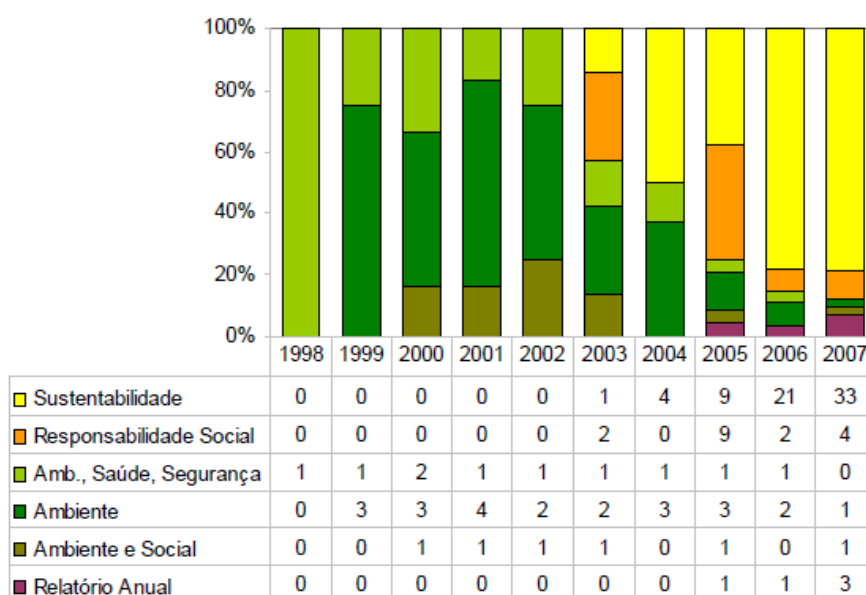
As tendências actuais indicam uma nova forma para comunicar as questões sociais e ambientais (Bebbington e Gray, 1997; Kolk, 2004, 2005; Larrinaga, Archel e Fernández, 2008). São cada vez mais as empresas que produzem relatórios que, apesar da sua variedade de denominações (relatórios sociais e ambientais, relatórios de sustentabilidade, relatórios de responsabilidade social corporativa, *triple bottom line report*), divulgam informação dos seus impactos sociais e ambientais (Guthrie e Hacking, 2008; KPMG, 2008).

Em Portugal, tal como acontece no resto do mundo e em consequência da adesão das empresas portuguesas a pactos e convenções internacionais, tem-se vindo a assistir ao aumento de publicações empresariais relacionadas com o relato da sustentabilidade. De acordo com Dias (2009), a base de dados *CorporateRegister.com*, maior directório

mundial *online* dedicado a relatórios empresariais não financeiros, tem vindo a aumentar a publicação de relatórios relacionados com a sustentabilidade empresarial. Os países que mais participam neste directório são: a Alemanha, a Austrália, os Estados Unidos, o Japão e o Reino Unido sendo as empresas químicas, eléctricas e a banca, os sectores de actividade que mais contribuem.

Em seguida é apresentado o Gráfico 1 com a evolução da designação utilizada pelos relatórios portugueses registados na base de dados *online*:

**Gráfico 1: Relatórios portugueses registados anualmente por designação**



Fonte: Dias (2009: 43)

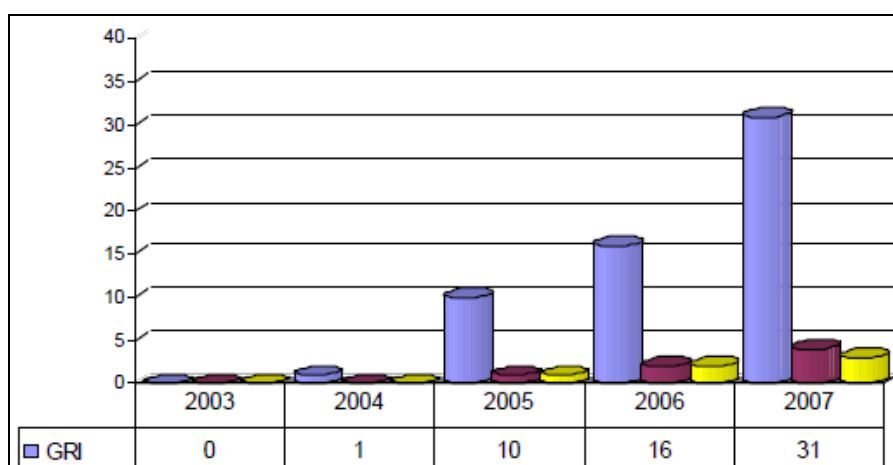
O Gráfico 1 revela que, em 2007 foram registados 42 relatórios em que a maioria das empresas portuguesas utilizava a designação de relatórios de sustentabilidade assistindo-se, por comparação com 2005, que a designação Relatórios de Responsabilidade Social tem vindo a ser menos utilizada.

O primeiro relatório português registado no *CorporateRegister.com* foi publicado em 1998 pela empresa *Solvay Portugal, SA* e denominava-se de relatório de ambiente, segurança e saúde.

Dias (2009) salienta que no estudo de 2008 da KPMG, a maioria das empresas (77% no grupo G250 e 69% no grupo N100) usam os documentos apresentados pela GRI como modelo para a elaboração e definição do conteúdo dos seus relatórios.

Quanto à publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal, de acordo com as directrizes da GRI, pode verificar-se pelo Gráfico 2 que, maioritariamente, desde 2004 é que as empresas portuguesas iniciaram a publicação de relatórios elaborados de acordo com as orientações propostas pela GRI.

**Gráfico 2: Relatórios portugueses elaborados de acordo com as directrizes GRI**



Fonte: Dias (2009: 43)

A base de dados *CorporateRegister.com* indica que o número de organizações que produziu o seu relatório de sustentabilidade com base nas directrizes GRI tem crescido significativamente nos últimos anos, mostrando uma adesão significativa ao único modelo internacional de relato da sustentabilidade, e começam a transformá-lo na tradução prática da sustentabilidade empresarial (Moneva, Archel e Correa, 2006). Por ser um sistema de avaliação da divulgação voluntária de informação estruturada (Morhardt, Baird e Freeman, 2002), a GRI tem vindo a ser adoptada por muitas organizações ao nível mundial, sendo a adesão a esta estrutura crescente desde a sua criação.

## **CAPÍTULO II – METODOLOGIA**

Este capítulo do trabalho destina-se à apresentação dos elementos relativos aos dados recolhidos, bem como aos métodos e técnicas utilizados que, tendo em conta a revisão de literatura efectuada, apoiam os resultados da investigação empírica. Desta forma, são apresentadas as hipóteses levantadas por esta pesquisa, é referida a forma como os dados foram recolhidos, são apresentados os elementos relativos à população-alvo, além de outros dados referentes à análise estatística. Por fim, expõem-se as técnicas utilizadas para o tratamento dos dados com base nos objectivos previamente definidos.

### **4. METODOLOGIA DE PESQUISA**

A pesquisa iniciou-se com um estudo exploratório através do qual se pretenderam obter informações relevantes sobre o objecto de estudo, através de uma revisão da literatura existente. Foram consultadas obras editadas, artigos publicados em congressos e revistas da especialidade, endereços electrónicos e monografias.

#### **4.1 – Objectivo**

A presente investigação tem como objectivo, através da análise dos dados disponibilizados pelas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, nos anos 2006 a 2008, analisar qual a evolução da divulgação voluntária de informação pela estrutura da GRI.

Para tal, procedeu-se à análise dos relatórios anuais de contas publicados pelas diversas empresas, assim como à análise de relatórios de sustentabilidade quando disponibilizados pelas mesmas, de forma a determinar a pontuação a atribuir a cada um dos aspectos de desempenho económico, desempenho ambiental e desempenho social, bem como aos índices de cada uma das áreas de desempenho atrás referidas. Posteriormente, foram calculados os índices de desempenho para avaliar a evolução da divulgação de acordo com a estrutura da GRI.

Com base no exposto, foi desenvolvido este estudo, do qual se recolheram dados que, depois de tratados estatisticamente, serão apresentados e analisados no capítulo seguinte.

#### **4.2 – Justificação**

Os estudos efectuados nos últimos anos constataam que há um aumento do interesse público pela preocupação com o ambiente, com os activos intangíveis e com a responsabilidade social, gerando uma necessidade crescente da divulgação de mais informação de sustentabilidade, com reflexos no relato financeiro empresarial.

Neste contexto, os relatórios de sustentabilidade assumem-se como um importante instrumento de comunicação da estratégia e da imagem verdadeira e apropriada das empresas a todas as partes interessadas. Paralelamente, também se acentua o aumento do número de empresas que acedem aos mercados de capitais e simultaneamente concluem por um aumento do interesse público e pela preocupação com o ambiente, com os activos intangíveis e com a responsabilidade social, gerando uma necessidade crescente de uma maior divulgação de informação por parte das empresas, com reflexos no relato financeiro empresarial, tornando a informação voluntária inevitável.

#### **4.3 – Hipóteses de Pesquisa**

As hipóteses de investigação a que se pretende dar resposta são:

Hipótese H1 – As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução de 2006 a 2008 na divulgação de informação segundo a estrutura da GRI.

Com o objectivo de testar esta hipótese, foram consideradas as seguintes sub-hipóteses:

- H1.1 – As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho económico, de 2006 a 2008.
- H1.2 - As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho ambiental, de 2006 a 2008.
- H1.3 - As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho social, de 2006 a 2008.

Hipótese H2 – Existe uma relação entre os factores dimensão, rendibilidade e sector e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.

Com o objectivo de testar esta hipótese, foram consideradas as seguintes sub-hipóteses:

- H2.1 - Qual a relação entre a dimensão e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.
- H2.2 - Qual a relação existente entre a rendibilidade e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.
- H2.3 - Qual a relação existente entre o sector e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.

#### **4.4 - Definição da população e dimensão da amostra**

No presente trabalho analisámos a informação disponibilizada dos relatórios e contas ou, quando existentes, dos relatórios de sustentabilidade das empresas cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da *Euronext* Lisboa nos anos de 2006 a 2008.

Do total de empresas cotadas no Mercado de Cotações Oficiais da *Euronext* Lisboa nos exercícios de 2006, 2007 e 2008 eliminaram-se aquelas que não estiveram cotadas os três exercícios seguidos, perfazendo 53 empresas (Apêndice 1).

Quanto à definição da população, a escolha recaiu nas empresas que constam da *Euronext* Lisboa (PSI Geral), pelo facto de serem estas as que têm maior impacto na economia nacional, as que têm maior poder concorrencial e as que podem efectuar maiores pressões, sendo portanto as que deverão definir tendências e modelos a adoptar.

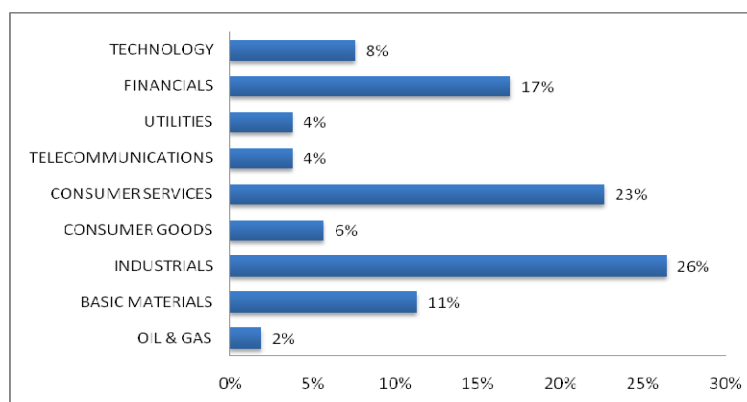
#### **Caracterização da amostra por sector de actividade**

Para caracterizar as 53 empresas da nossa amostra iremos classificá-las por sectores de actividade, de acordo com o sistema de classificação do *Industry Classification Benchmark* (ICB)<sup>1</sup>, conforme se pode verificar no Gráfico 3:

---

<sup>1</sup> O *Industry Classification Benchmark* (ICB) é um sistema de classificação de sectores desenvolvido pela FTSE e pela *Dow Jones* e tem como objectivo standardizar a classificação dos sectores a que as empresas cotadas pertencem, permitindo aos investidores dos diversos países e mercados uma análise mais consistente.

**Gráfico 3: Classificação das 53 empresas por sector de actividade**



Fonte: Elaboração própria

Da análise do Gráfico 3, verifica-se que a maioria do PSI Geral é constituído por empresas do sector industrial (26%), Serviços (23%) e financeiras (17%). Para efeitos de estudo empírico, os 9 sectores existentes foram reduzidos para 2 sectores: sector 1 – Indústria e Construção; sector 2 – Financeiro, Comércio, Serviços, Novas Tecnologias e Sociedades Desportivas. O sector 1 é composto por 19 empresas e o sector 2 é composto por 34 empresas (Apêndice 2).

As variáveis em estudo que se pretendem analisar foram as da estrutura da GRI e foram desenvolvidas de forma detalhada na revisão da literatura, mais precisamente na análise dos desempenhos económico, ambiental e social. Em seguida, o Quadro 6 apresenta uma síntese dos desempenhos, dos aspectos e indicadores que os compõem:

**Quadro 6: Aspectos e indicadores dos desempenhos**

Desempenhos	Aspectos	Indicadores
<b>Desempenho Económico</b>	ADE1 Desempenho Económico	EC1;EC2;EC3;EC4
	ADE2 Presença no Mercado	EC5;EC6;EC7
	ADE3 Impactes Económicos Indirectos	EC8;EC9
Desempenhos	Aspectos	Indicadores
<b>Desempenho Ambiental</b>	ADA1 Materiais	EN1;EN2
	ADA2 Energia	EN3;EN4;EN5;EN6;EN7
	ADA3 Água	EN8;EN9;EN10
	ADA4 Biodiversidade	EN11;EN12;EN13;EN14;EN15
	ADA5 Emissão, Efluentes e Resíduos	EN16;EN17;EN18;EN19;EN20;EN21;EN22;EN23;EN24;EN25
	ADA6 Produtos e Serviços	EN26;EN27
	ADA7 Conformidade	EN28
	ADA8 Transporte	EN29
	ADA9 Geral	EN30

**Quadro 6: Aspectos e indicadores dos desempenhos (continuação)**

<b>Desempenhos</b>	<b>Aspectos</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Desempenho Social</b>	ADS1 Práticas laborais e Trabalho condigno	LA;1;LA2;LA3;LA4;LA5;LA6;LA7;LA8;LA9;LA11;LA12;LA13;LA14
	ADS2 Direitos Humanos	HR1;HR2;HR3;HR4;HR5;HR6;HR7;HR8;HR9
	ADS3 Sociedade	SO1;SO2;SO3;SO4;SO5;SO6;SO7;SO8
	ADS4 Responsabilidade pelo Produto	PR1;PR2;PR3;PR4;PR5;PR6;PR7;PR8; PR9

Fonte: Adaptado de Carvalho (2008)

Como potenciais factores que influenciam a divulgação voluntária de informação e habitualmente mais testados em estudos empíricos anteriores, serão utilizados para análise, a dimensão, a rendibilidade e o sector.

A dimensão de uma empresa tem sido considerada de forma reiterada como uma variável determinante na divulgação de informação. Esta dimensão pode ser analisada mediante o recurso a variáveis como: o número de trabalhadores, o volume de vendas, o valor do activo total ou ainda o valor de capitalização das acções no mercado. Autores como Hackston e Milne (1996) e Domench e Dallo (2001) usaram as três últimas magnitudes, Choi (1999) usou as duas primeiras, enquanto Domench (2003) se limitou apenas ao valor total do activo.

Já Trebucq, Evraert e Nassif (2008), no seu estudo sobre a adopção da estrutura da GRI nas empresas europeias, utilizaram como factor para a dimensão, o valor total dos activos. Dado não existirem fundamentos teóricos que justifiquem a utilização de uma medida particular para a dimensão da empresa, será considerado para efeitos do presente estudo como variável representativa da dimensão o valor do activo total, no exercício de 2006 a 2008.

No que respeita ao factor rendibilidade, a sua relação com a divulgação de informação social e ambiental tem sido objecto de estudo por vários autores. Todavia, segundo Gray, Kouhy e Lovers (1995), a investigação empírica sobre esta matéria apresenta resultados pouco conclusivos. Na realidade, se bem que a maioria dos estudos apontem para a inexistência de uma associação significativa entre a rendibilidade e a divulgação de informação (Moneva e Llena, 1996; Hackston e Milne, 1996; Choi, 1999; Domench

e Dallo, 2001; Domench, 2003), existem alguns estudos (Teoh *et al.*, 1998) que apontam para a existência de uma relação positiva entre estas duas variáveis. Para a elaboração deste estudo, como variável representativa da rendibilidade, adoptou-se o resultado líquido nos exercícios de 2006 a 2008.

Em relação ao sector de actividade, diversos autores (Hackston e Milne, 1996; Deegan e Gordon, 1996; Moneva e Llena, 1996), mencionam que este pode afectar a divulgação de informação, pois os sectores mais sensíveis ao ambiente, ao estarem sujeitos a um crescente normativo ambiental, são aqueles que se vêem mais obrigados a tornar públicas as suas actuações ambientais.

Monteiro (2007), no seu estudo sobre os factores explicativos do grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal, identifica o sector como factor explicativo da divulgação ambiental, distinguindo os sectores consoante o seu impacto no ambiente, seja mais ou menos elevado ou “crítico”.

Trebucq, Evraert e Nassif (2008), no seu estudo sobre a adopção da estrutura da GRI nas empresas europeias, em relação ao factor sector, separaram o mesmo em dois sectores, nomeadamente o sector da indústria e o sector dos serviços.

#### **4.5 – Método de pesquisa e técnicas utilizadas**

Ao nível da evidência empírica, foi efectuada uma análise de conteúdo<sup>2</sup> aos relatórios anuais das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa nos anos de 2006 a 2008 e aos relatórios de sustentabilidade quando disponibilizados que, segundo Gray, Kouhy e Lovers (1995), Larrinaga, Archel e Fernández, (2008) e Branco e Rodrigues (2008a,b), é considerada a metodologia mais utilizada no âmbito de investigações em *Responsabilidade Social Empresarial*.

---

<sup>2</sup> A Análise de Conteúdo é uma técnica de obtenção de dados que consiste em codificar informação literária qualitativa em categorias de escalas quantitativas com vários níveis de complexidade (Abbott e Monsen, 1979).

#### 4.6 - Método de análise de dados

Foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e de análise exploratória dos dados recolhidos nos relatórios das empresas. Neste caso, atendendo ao número de variáveis que estão simultaneamente em análise, foram escolhidos os métodos de análise univariada, Murteira (1993), onde cada variável é tratada separadamente utilizando-se a estatística descritiva. Utilizou-se também a análise bivariada, Reis *et al.* (1997), para apurar a relação existente entre os factores dimensão e rendibilidade e a divulgação voluntária. Finalmente, foi utilizada a análise multivariada, Reis *et al.* (1997) onde as relações se estabelecem entre mais de duas variáveis, utilizando-se a análise factorial de componentes principais.

Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizado o programa informático PASW (*Predictive Analytics SoftWare*) *Statistics*, versão 18.0 e, após uma leitura dos dados foram seleccionados os aspectos mais relevantes para esta análise.

- Análise univariada dos dados

Após toda a análise de conteúdos dos relatórios e contas, assim como dos relatórios de sustentabilidade quando existiam, efectuou-se a recolha dos dados, para apurar a quantidade de informação divulgada sobre os indicadores do desempenho económico, ambiental e social. Seguidamente, foi elaborado um quadro final de recolha, atribuindo a cada elemento uma pontuação que oscila entre 0 e 1, de acordo com o seguinte critério: 0 se não divulga informação sobre o indicador; 1 se divulga informação sobre o indicador.

Foram calculadas médias e os dados foram organizados em tabelas de frequência e efectuadas representações gráficas, os quais são predominantemente usados na análise univariada, onde apenas se podem procurar pistas e evidências.

Para medir a extensão ou quantidade da divulgação voluntária de informação existem várias formas, utilizando a contagem do número de páginas (Patten, 1991; O'Dwyer, 2001; Deegan, Rankin, e Tobin, 2002), frases (Hackston e Milne, 1996; Tilt, 1997), linhas (Choi, 1999), ou palavras (Deegan e Gordon, 1996; Deegan, Rankin, e Tobin,

2002; Wilmshurst e Frost, 2000), que os relatórios e contas dedicam a um determinado tipo de informação, sendo no presente estudo utilizada a “contagem” de palavras-chave e frases que remetiam de forma directa ao conteúdo de informação relativa aos indicadores dos desempenhos económico, ambiental e social.

Para efeitos do cálculo dos Índices de Divulgação Voluntária foram tidos em conta, por área respectiva dos desempenhos, os 9 indicadores do desempenho económico, os 30 indicadores do desempenho ambiental e os 40 indicadores do desempenho social, apresentados nos quadros 2, 3 e 4 do ponto 2.3.3 do capítulo I, atribuindo a cada elemento uma pontuação que oscila entre 0 e 1, como atrás referido.

Deste modo, os valores dos índices de divulgação por cada área de desempenho, de forma a medir qual o grau de divulgação, obtêm-se através da divisão da pontuação total obtida por cada indicador pelo número máximo de indicadores da área de desempenho respectiva, sendo ainda este valor dividido pelo número máximo de empresas cotadas, conforme abaixo se descrevem:

#### Índice de Desempenho Económico (**IDEi**)

$$IDEi = \left[ \sum_{j=1}^e e_j / e \right] / n$$

$e_j$  = Empresa  $j$  em análise. Variável dicotómica (*dummy*) com valor 1 se a empresa divulga informação pretendida e valor 0 se a empresa não divulga qualquer informação.  
 $e$  = Número máximo de indicadores de desempenho económico (9)  
 $n$  = Número máximo de empresas da amostra (53).

#### Índice de Desempenho Ambiental (**IDAi**)

$$IDAi = \left[ \sum_{j=1}^e e_j / e \right] / n$$

$e_j$  = Empresa  $j$  em análise. Variável dicotómica (*dummy*) com valor 1 se a empresa divulga informação pretendida e valor 0 se a empresa não divulga qualquer informação.  
 $e$  = Número máximo de indicadores de desempenho ambiental (30)  
 $n$  = Número máximo de empresas da amostra (53).

## Índice de Desempenho Social (IDSi)

$$IDSi = \left[ \sum_{j=1}^e e_j / e \right] / n$$

$e_j$  = Empresa  $j$  em análise. Variável dicotómica (*dummy*) com valor 1 se a empresa divulga informação pretendida e valor 0 se a empresa não divulga qualquer informação.  
 $e$  = Número máximo de indicadores de desempenho social (40)  
 $n$  = Número máximo de empresas da amostra (53).

- Análise bivariada

Com esta análise procurou-se identificar a relação existente entre os factores dimensão e rendibilidade com a evolução da divulgação em termos dos desempenhos económico, ambiental e social. É também objecto desta análise a influência do sector nos factores dimensão e rendibilidade no grau de divulgação dos aspectos económicos, ambientais e sociais.

A técnica de análise estatística bivariada inclui métodos de análise de duas variáveis, podendo ser ou não estabelecida uma relação de causa/efeito entre elas. São exemplos típicos de métodos de análise bivariada o teste para a independência de duas variáveis, através dos coeficientes de correlação linear de *Pearson*, *Spearman*, ou *Kendall's Tau\_b* (Reis, 1997). No presente estudo e por se tratar de variáveis com dados dicotómicos que não tem uma distribuição normal, será utilizada a correlação linear de *Kendall's Tau\_b*, com testes de significância *Two-tailed* pois não existe um conhecimento prévio da direcção da associação.

- Análise multivariada

Este tipo de análise lida com dados que tenham a observação de mais do que duas variáveis. Consequentemente, apresenta duas grandes vantagens, quando comparada com a análise univariada ou bivariada: ao trabalhar várias variáveis em simultâneo, permite, através da neutralização de variáveis, perceber o seu comportamento e até que ponto umas explicam outras e simplifica a estrutura dos dados e sintetiza as informações quando o número de variáveis envolvidas é grande, facilitando o entendimento do relacionamento existente entre as várias variáveis em estudo.

Este tipo de análise caracteriza-se pela existência de relações entre mais de duas variáveis. No âmbito deste tratamento estatístico, foi utilizada a análise factorial baseada no método das componentes principais, com recurso à rotação *varimax*, que maximiza a variância entre os factores para a rotação das matrizes factoriais.

O método da análise multivariada baseada nas componentes principais tem como objectivo a redução do número de variáveis que possam explicar o fenómeno em causa sem perda de informações relativamente aos dados originais. Os factores são calculados através de uma medida de associação (coeficiente de correlação) que transforma um conjunto de variáveis correlacionadas em variáveis não correlacionáveis (componentes principais), resultantes de conjugações lineares do conjunto inicial. Assim, o primeiro factor explica o máximo possível da variância dos dados originais, o segundo explica o máximo da variância ainda não explicada e assim sucessivamente.

A utilização do KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*) é outra estatística relevante na análise factorial. O valor de KMO situa-se entre 0 e 1, e quanto mais próximo da unidade maior será a adequação dos dados à análise factorial em estudo.

A análise do gráfico *scree plot* é um recurso auxiliar que representa, a partir do eixo das abcissas, o número de factores que deve ser utilizado para fins de extracção. O ponto a partir do qual se verifica uma quebra distinta da inclinação da curva identifica o número máximo de factores que resulta da análise factorial efectuada.

As técnicas de análise multivariada apresentam enorme aceitação no seio das ciências sociais, para a análise de correlações entre variáveis medidas por meio de escalas de ponderação (Hill e Hill, 2008).

## **CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO**

Neste capítulo, será desenvolvida a análise e discussão dos resultados. Assim, para os anos 2006 a 2008 foram elaboradas as análises univariada, bivariada e multivariada dos dados recolhidos dos relatórios anuais de contas e de sustentabilidade das empresas em estudo, com o objectivo de responder às hipóteses de investigação. Foi feita também uma análise à evolução destes relatórios segundo a estrutura da GRI, para o período 2006 a 2008, assim como uma análise da relação entre a influência dos relatórios de sustentabilidade na relação entre os factores dimensão, rendibilidade e sector.

### **5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **5.1 – Interpretação e análise univariada**

##### **5.1.1 – Análise da evolução da sustentabilidade segundo a estrutura da GRI, nos anos de 2006 a 2008**

Neste ponto é desenvolvida a análise univariada dos dados recolhidos dos relatórios anuais das empresas dos anos 2006 a 2008, constantes da população, com o objectivo de responder à seguinte hipótese de investigação:

Hipótese H1 – As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução de 2006 a 2008 na divulgação de informação segundo a estrutura da GRI.

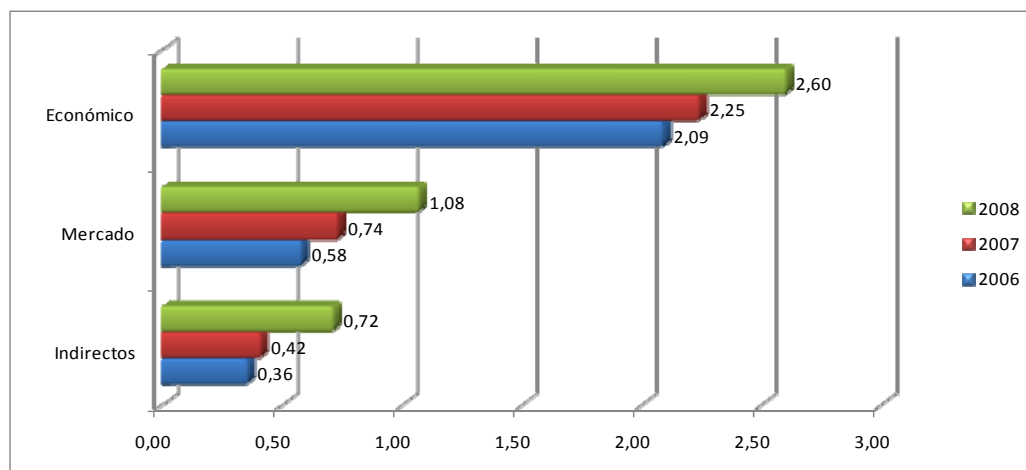
Com o objectivo de testar esta hipótese, foram consideradas as seguintes sub-hipóteses:

- H1.1 – As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho económico, de 2006 a 2008.
- H1.2 - As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho ambiental, de 2006 a 2008.
- H1.3 - As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho social, de 2006 a 2008.

### 5.1.1.1 – Análise dos aspectos ligados aos desempenhos

A primeira parte da análise pretende testar a sub-hipótese H1.1 - As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho económico, de 2006 a 2008. O Gráfico 4 apresenta a evolução da divulgação dos aspectos referentes ao desempenho económico:

**Gráfico 4: Média da evolução da divulgação dos aspectos de desempenho económico**



**Económico:** Aspecto do desempenho económico, baseado nos indicadores EC1, EC2, EC3, EC4.

**Mercado:** Aspecto presença no mercado, baseado nos indicadores EC5, EC6, EC7.

**Indirectos:** Média do aspecto impactes económicos indirectos, baseado nos indicadores EC8, EC9.

**Fonte:** Elaboração própria

Dos resultados obtidos no Gráfico 4 verifica-se que houve uma evolução positiva de 2006 para 2008 em relação à divulgação dos aspectos de desempenho económico. No ano de 2008, foi o aspecto desempenho económico que teve maior relevância, com um grau de 2,60, relativamente aos outros indicadores, presença de mercado com um grau de 1,08 e o aspecto impactes económicos indirectos com um grau de 0,72.

O Quadro 7 explica mais detalhadamente como se comportou a variação dos três aspectos do desempenho económico.

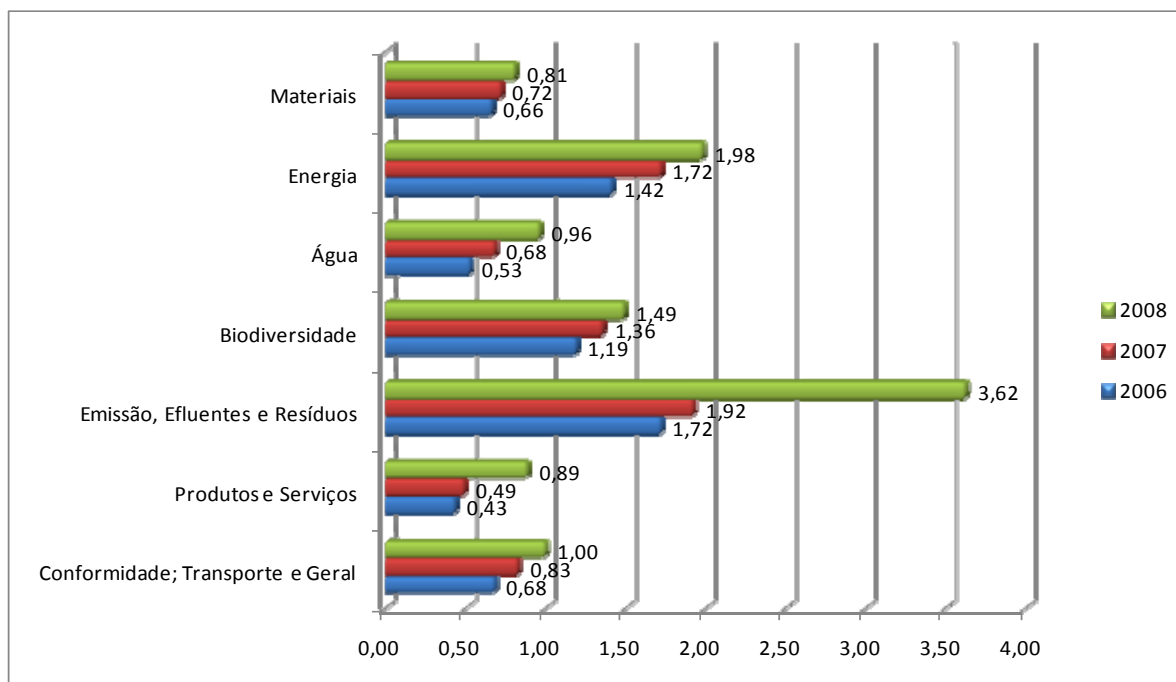
**Quadro 7: Variação na divulgação dos aspectos de desempenho económico**

Desempenho	Aspecto	Divulgação 2006	Divulgação 2007	Divulgação 2008	Média Divulgação	Varição 2006 - 2008
Económico	Económico	2,09	2,25	2,60	2,31	0,51
	Mercado	0,58	0,74	1,08	0,80	0,49
	Indirectos	0,36	0,42	0,72	0,50	0,36

**Fonte:** Elaboração própria

Na segunda parte desta análise, pretende-se testar a sub-hipótese H1.2 - As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho ambiental, de 2006 a 2008. O Gráfico 5 mostra a evolução do grau de divulgação dos aspectos referentes ao desempenho ambiental:

**Gráfico 5: Média da evolução da divulgação dos aspectos de desempenho ambiental**



**Materiais:** Aspecto materiais, baseado nos indicadores EN1 e EN2.

**Energia:** Aspecto energia baseado nos indicadores EN3, EN4, EN5, EN6 e EN7

**Água:** Aspecto água, baseado nos indicadores EN8, EN9 e EN10.

**Biodiversidade:** Média do aspecto biodiversidade, baseado nos indicadores EN11, EN12, EN13, EN14 e EN15.

**Emissão, Efluentes e Resíduos:** Aspecto emissões, efluentes e resíduos, baseado nos indicadores EN16, EN17, EN18, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23, EN24 e EN25.

**Produtos e Serviços:** Aspecto produtos e serviços baseado nos indicadores EN26 e EN27.

**Conformidade, Transporte e Geral:** Aspecto conformidade baseado no indicador EN28, aspecto de transporte baseado no indicador EN29 e aspecto geral baseado no indicador EN30. Foram englobados estes 3 aspectos, pelo facto de cada um deles ser um único indicador.

**Fonte:** Elaboração própria

Os resultados obtidos no Gráfico 5 também revelam uma evolução positiva da divulgação dos aspectos de desempenho ambiental. No ano de 2008, destacam-se os aspectos emissões, efluentes e resíduos com uma divulgação de 3,62, seguidos do aspecto relativo à energia com um grau de 1,98 e do aspecto que relata sobre a biodiversidade com um grau de 1,49.

O Quadro 8 explica mais detalhadamente como se comportou a variação dos sete aspectos do desempenho ambiental.

**Quadro 8: Variação na divulgação dos aspectos de desempenho ambiental**

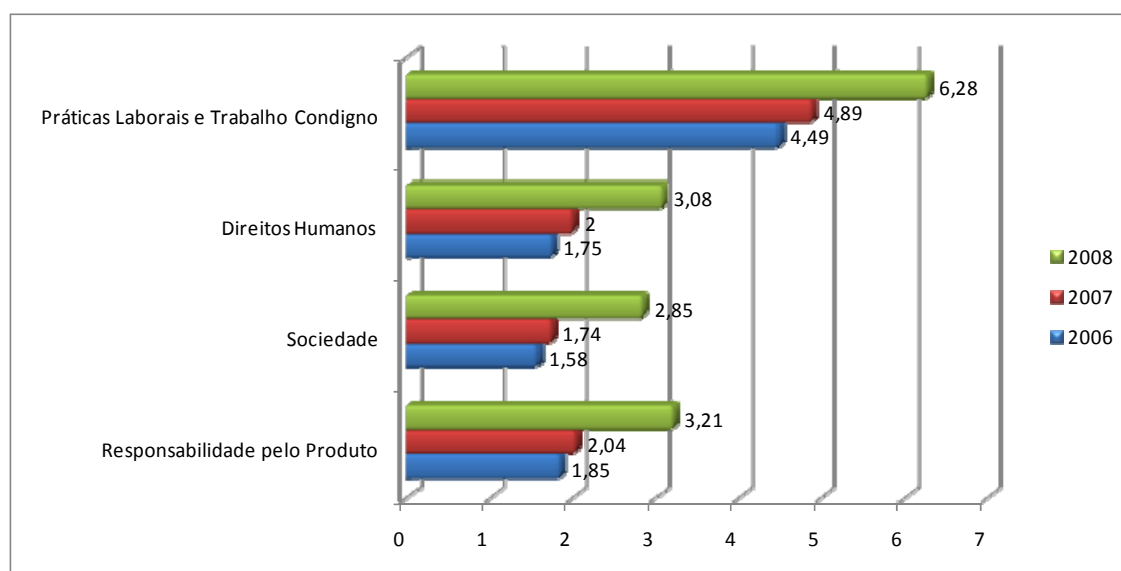
	Aspecto	Divulgação 2006	Divulgação 2007	Divulgação 2008	Média Divulgação	Varição 2006 - 2008
<b>Desempenho Ambiental</b>	Materiais	0,66	0,72	0,81	0,73	0,15
	Energia	1,42	1,72	1,98	1,70	0,57
	Água	0,53	0,68	0,96	0,72	0,43
	Biodiversidade	1,19	1,36	1,49	1,35	0,30
	Resíduos	1,72	1,92	3,62	2,42	1,91
	P. e S.	0,43	0,49	0,89	0,60	0,45
	Diversos	0,68	0,83	1,00	0,84	0,32

Fonte: Elaboração própria

Por último, nesta fase da análise pretende-se testar a sub-hipótese H1.3 - As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução da divulgação relativamente ao desempenho social, de 2006 a 2008.

Para a análise do grau de divulgação dos aspectos referentes ao desempenho social é apresentado o Gráfico 6, onde se verifica que também existiu uma evolução positiva no período 2006 a 2008.

**Gráfico 6: Média da evolução da divulgação dos aspectos de desempenho social**



**Práticas Laborais e Trabalho Condigno:** Aspecto relacionado com as práticas laborais, baseado nos indicadores LA1, LA2, LA3, LA4, LA5, LA6, LA7, LA8, LA9, LA10, LA11, LA12, LA13 e LA14.

**Direitos Humanos:** Aspecto dos direitos humanos, baseado nos indicadores HR1, HR2, HR3, HR4, HR5, HR6, HR8 e HR9.

**Sociedade:** Aspecto sociedade, baseado nos indicadores SO1, SO2, SO3, SO4, SO5, SO6, SO7 e SO8.

**Responsabilidade pelo produto:** Aspecto responsabilidade pelo produto, baseado nos indicadores PR1, PR2, PR3, PR4, PR5, PR6, PR7, PR8 e PR9.

Fonte: Elaboração própria

Analisando o Gráfico 6, verifica-se que o aspecto “práticas laborais e trabalho condigno” foi aquele com maior expressão, no ano de 2008, com um grau de divulgação de 6,28, seguido da responsabilidade pelo produto com 3,21 e menos acentuados os aspectos direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Podemos assim verificar que no ano 2008 existiu uma acentuada importância atribuída pelas empresas à divulgação de informação relativa aos indicadores dos aspectos de desempenho social.

Seguidamente, o Quadro 9 explica mais detalhadamente como se comportou a variação dos quatro aspectos do desempenho social.

**Quadro 9: Variação na divulgação dos aspectos de desempenho ambiental**

Desempenho	Aspecto	Divulgação	Divulgação	Divulgação	Média	Variação
		2006	2007	2008	Divulgação	2006 - 2008
Social	Práticas Laborais	4,49	4,89	6,28	5,22	1,79
	Direitos Humanos	1,75	2,00	3,08	2,28	1,32
	Sociedade	1,58	1,74	2,85	2,06	1,26
	Produto	1,85	2,04	3,21	2,36	1,36

Fonte: Elaboração própria

### 5.1.1.2 – Teste de normalidade

Para a definição dos testes estatísticos adequados é necessário verificar se as variáveis relacionadas nesta pesquisa aproximam-se ou não da distribuição normal. A teoria da normalidade refere-se ao grau de concordância entre a distribuição de um conjunto de valores observáveis e a distribuição teórica específica verifica se os valores da amostra podem ser considerados (razoavelmente) como provenientes de uma população com aquela distribuição teórica.

No presente trabalho foi utilizado o teste de normalidade *Kolmogorov-Smirnov* (K-S). Maroco (2007) comenta que este teste procura detalhar essa visão da distribuição de frequência acumulada que ocorreria sob a distribuição teórica e compará-la com a distribuição de frequência acumulada observada. Os testes de normalidade realizados indicam a rejeição da hipótese de normalidade para a maioria das variáveis estudadas ao nível de significância de 5% ( $\alpha=0,05$ ) conforme apresentado no Quadro 10:

**Quadro 10 – Teste de Normalidade de *Kolmogorov-Smirnov***

Teste de Normalidade				
Aspectos		<i>Kolmogorov-Smirnov</i>		
		Statistic	df	Sig.
1	Económico	,231	159	,000
2	Mercado	,385	159	,000
3	Indirectos	,394	159	,000
4	Materiais	,378	159	,000
5	Energia	,297	159	,000
6	Água	,338	159	,000
7	Biodiversidade	,359	159	,000
8	Resíduos	,285	159	,000
9	Prestação e Serviços	,380	159	,000
10	Diversos	,340	159	,000
11	Práticas Laborais	,209	159	,000
12	Direitos Humanos	,345	159	,000
13	Sociedade	,309	159	,000
14	Produto	,307	159	,000

Fonte: Elaboração própria

Como o *p-value* é 0,00, rejeitamos a hipótese de normalidade. Assim, com um nível de confiança de 95%, temos evidências de que os dados não seguem uma distribuição normal. Esta situação pode também ser verificada graficamente, quando estes não estão distribuídos sobre uma recta.

### 5.1.1.3 – Análise dos índices dos desempenhos

Neste ponto pretende-se analisar a variação da divulgação dos índices de desempenho económico, ambiental e social, nos anos 2006 a 2008. Da análise de conteúdo realizada observámos que a maioria das empresas da população-alvo apresenta maior grau de divulgação dos aspectos do desempenho social.

No que respeita ao cálculo dos Índices de Divulgação Voluntária, foram tidos em conta por área respectiva do desempenho, os nove indicadores económicos, os trinta indicadores ambientais e os quarenta indicadores sociais. Nos quadros 7, 8 e 9, anteriormente apresentados, foi atribuído a cada elemento uma pontuação que oscila entre 0 e 1, de acordo com o seguinte critério: 0 se não divulga informação sobre o indicador; 1 se divulga informação sobre o indicador.

Desta forma, os valores dos índices de divulgação, nos anos de 2006, 2007 e 2008 por cada área de desempenho, de forma a medir qual o grau de divulgação em cada uma das áreas, económica, ambiental e social, são os constantes dos Quadros 11, 12 e 13:

**Quadro 11: Índice de Desempenho Económico (IDEi) - ano 2006, 2007 e 2008**

	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
$IDEi = \left[ \sum_{j=1}^e ej / e \right] / n$	IDEi = 3,04	IDEi = 3,40	IDEi = 4,40
	<b>IDEi = 3</b>	<b>IDEi = 3</b>	<b>IDEi = 4</b>

ej = Empresa j em análise

e = Número máximo de indicadores de desempenho económico (9)

n = Número máximo de empresas nos anos de 2006 a 2008 (53)

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 12: Índice de Desempenho Ambiental (IDAi) - ano 2006, 2007 e 2008**

	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
$IDAi = \left[ \sum_{j=1}^e ej / e \right] / n$	IDAi = 6,62	IDAi = 7,72	IDAi = 10,75
	<b>IDAi = 7</b>	<b>IDAi = 8</b>	<b>IDAi = 11</b>

ej = Empresa j em análise

e = Número máximo de indicadores de desempenho ambiental (30)

n = Número máximo de empresas nos anos de 2006 a 2008 (53)

Fonte: Elaboração própria

**Quadro 13: Índice de Desempenho Social (IDSi) - ano 2006, 2007 e 2008**

	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
$IDSi = \left[ \sum_{j=1}^e ej / e \right] / n$	IDSi = 9,68	IDSi = 10,66	IDSi = 15,42
	<b>IDSi = 10</b>	<b>IDSi = 11</b>	<b>IDSi = 15</b>

ej = Empresa j em análise

e = Número máximo de indicadores de desempenho social (40)

n = Número máximo de empresas nos anos de 2006 a 2008 (53)

Fonte: Elaboração própria

Podemos concluir que o Índice de Desempenho Social é aquele que apresenta um valor mais elevado - 10 indicadores divulgados em 2006, 11 indicadores divulgados em 2007 e 15 indicadores divulgados em 2008. Já o valor do Índice de Desempenho Ambiental apresenta 7 indicadores, 8 indicadores e 11 indicadores divulgados em 2006, 2007 e 2008 respectivamente. Por fim, o Índice de Desempenho Económico apresenta o valor de apenas 3 indicadores em 2006 e 2007 e 4 indicadores em 2008.

Os resultados obtidos são idênticos às conclusões de um estudo elaborado pela KPMG (2006) sobre a publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal, o qual refere nos resultados um valor de 54% para a responsabilidade social. Refere ainda que a responsabilidade ambiental tem um valor de 46% do que era expectável ser referido nesta área de desempenho. Por fim, 9% é o valor a que chegou o inquérito realizado pela KPMG às 536 maiores empresas em Portugal no ano 2006 e que mais uma vez parece confirmar o valor apurado de 3 referente ao Índice de Desempenho Económico.

Em 2005, Moneva, Llena e Lameda referem, num estudo idêntico, mas para a análise da estrutura da GRI de 2002, que no primeiro ano de adopção das suas directrizes e quando analisado somente o exercício de 2002, obtiveram como resultados os valores de 31%, 25% e 20% para o desempenho social, ambiental e económico, respectivamente.

Em seguida, o Quadro 14 apresenta uma análise geral aos indicadores divulgados, incluídos nos aspectos em que são englobados e nas três áreas de desempenho anteriormente referidas, com o objectivo de verificar o grau de adopção à estrutura da GRI nas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa:

**Quadro 14: Índice Geral de Divulgação (IGD)**

<b>IGD = IDE + IDA + IDS</b>		
<b>Ano 2006</b>	<b>Ano 2007</b>	<b>Ano 2008</b>
<b>IGD = 20</b>	<b>IGD = 22</b>	<b>IGD = 30</b>

Fonte: Elaboração própria

Pode-se concluir que o grau de divulgação que as empresas da *Euronext* Lisboa atribuem à estrutura da GRI 2006 é ainda reduzido, uma vez que divulgam apenas 20 indicadores em 2006, 22 indicadores em 2007 e 30 indicadores em 2008 num total de 79 indicadores, verificando-se ainda que as empresas concentram o grau de divulgação na área do desempenho social e na área do desempenho ambiental. No entanto, houve uma evolução gradual da divulgação ao longo dos 3 anos.

Estes resultados vão de encontro ao estudo que Carvalho (2008) efectuou sobre a divulgação voluntária de informação das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, no ano

2006. Neste ano, as empresas atribuíram uma importância reduzida à estrutura da GRI 2006, uma vez que divulgaram apenas 20 indicadores

## **5.2 – Interpretação e análise bivariada**

Neste ponto é desenvolvida a análise bivariada dos dados recolhidos dos relatórios anuais das empresas constantes da população-alvo, com o objectivo de responder à segunda hipótese de investigação: Hipótese H2 – Existe uma relação entre os factores dimensão, rendibilidade e sector e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.

Com o objectivo de testar esta hipótese, foram consideradas as seguintes sub-hipóteses:

- H2.1 - Qual a relação entre a dimensão e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.
- H2.2 - Qual a relação existente entre a rendibilidade e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.
- H2.3 - Qual a relação existente entre o sector e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.

### **5.2.1 – Análise da relação entre os factores e a divulgação voluntária**

No que respeita à dimensão da empresa, não existem fundamentos teóricos que justifiquem a utilização de uma medida particular. Assim, foi considerada como variável representativa da dimensão o valor do activo, no período de 2006 a 2008.

Com o objectivo de testar a hipótese H2 e em particular à sub-hipótese H2.1, será efectuada uma análise da correlação existente entre os factores dimensão, rendibilidade e o grau de divulgação em termos dos desempenhos económico, ambiental e social, nos anos 2006, 2007 e 2008, conforme se pode verificar nos Quadros 15 a 18.

**Quadro 15: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores em 2006**

			RL	Activo
Kendall's tau_b	DE (total)	Correlation Coefficient	,525**	,481**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	53	53
	DA (total)	Correlation Coefficient	,538**	,574**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	53	53
	DS (total)	Correlation Coefficient	,570**	,630**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	53	53

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

DE – Desempenho Económico

DA – Desempenho Ambiental

DS – Desempenho Social

Da análise do Quadro 15, pode-se verificar que em 2006, no que respeita ao factor dimensão, os coeficientes de correlação com um nível de significância de 0,01 são similares em relação ao desempenho social, com um valor de 0,630 e ao desempenho ambiental, com 0,574. Em relação ao desempenho económico verifica-se uma relação mais acentuada com a rendibilidade (a sua variável representativa é o resultado líquido).

Seguidamente é apresentado o Quadro 16 com a relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores no ano 2007:

**Quadro 16: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores em 2007**

			RL	Activo
Kendall's tau_b	DE (total)	Correlation Coefficient	,434**	,491**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	53	53
	DA (total)	Correlation Coefficient	,529**	,552**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	53	53
	DS (total)	Correlation Coefficient	,566**	,611**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	53	53

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

DE – Desempenho Económico

DA – Desempenho Ambiental

DS – Desempenho Social

Relativamente ao ano de 2007 podemos verificar através do Quadro 16, que a relação com o factor dimensão cumpre-se agora com todos os desempenhos, sendo mais acentuada a nível do desempenho social, com um valor de 0,611.

Seguidamente apresenta-se o Quadro 17 com a relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores no ano 2008:

**Quadro 17: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores em 2008**

<b>Correlations</b>			RL	Activo
Kendall's tau_b DE (total)	Correlation Coefficient		,381**	,498**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000
	N		53	53
DA (total)	Correlation Coefficient		,477**	,565**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000
	N		53	53
DS (total)	Correlation Coefficient		,494**	,582**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000
	N		53	53

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

DE – Desempenho Económico

DA – Desempenho Ambiental

DS – Desempenho Social

No ano de 2008 podemos observar através da análise do Quadro 17, que a relação com o factor dimensão continua a verificar-se com todos os desempenhos, continuando a ser mais acentuada a nível do desempenho social, agora com um valor de 0,582.

Para concluir é apresentada o Quadro 18 com a análise global da correlação dos anos de 2006 a 2008, sendo a amostra de dimensão N = 159 (3 anos x 53 empresas) e coeficientes de correlação com um nível de significância de 0,01:

**Quadro 18: Relação entre a divulgação dos desempenhos e os factores de 2006 a 2008**

<b>Correlations</b>			RL	Activo
Kendall's tau_b DE (total)	Correlation		,379**	,473**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000
	N		159	159
DA (total)	Correlation		,465**	,552**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000
	N		159	159
DS (total)	Correlation		,496**	,590**
	Sig. (2-tailed)		,000	,000
	N		159	159

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

DE – Desempenho Económico

DA – Desempenho Ambiental

DS – Desempenho Social

Analisando o Quadro 18, podemos verificar a relação do factor dimensão com todos os desempenhos, sendo mais acentuada nos desempenhos social, com um valor de 0,590 seguido do ambiental com um valor de 0,552.

Diversos autores (Lang e Lundholm, 1993; Meek, Roberts e Gray, 1995), referem o facto de as maiores empresas poderem ter maiores impactos sobre a sociedade, fazendo um uso mais extensivo do mercado de capitais e tendo um maior número de analistas a segui-las e acrescentam ainda que as grandes empresas suportam menores custos com desvantagens competitivas relativamente às pequenas empresas, representando incentivos adicionais à divulgação.

Desta forma, foi verificado em estudos anteriores que existe uma relação positiva entre a dimensão das empresas e a quantidade de informação voluntária divulgada. Conforme é também referido por Trebucq, Evraert e Nassif (2008), a divulgação social e ambiental pode ser usada por grandes empresas para tentar legitimar as suas acções para com a sociedade.

Já no que respeita ao factor rendibilidade, a sua relação com a divulgação de informação tem sido objecto de estudo por vários autores. Através da análise dos Quadros 15 a 18 anteriormente apresentados, verifica-se que os coeficientes de correlação com um nível de significância de 0,01 apresentam uma correlação menos significativa, nas três áreas dos desempenhos, económico, ambiental e social. No entanto, os valores apesar de menos significativos, verificam-se sempre com maior expressão na área de desempenho social. Num estudo efectuado por Gray, Kouhy e Lovers (1995), os autores mencionam que a investigação empírica sobre esta matéria apresenta resultados pouco conclusivos.

Moneva, Llena e Lameda (2005), no seu estudo sobre a sustentabilidade *versus* rendibilidade das grandes empresas espanholas e tomando como referência as directrizes da GRI, conclui também que as empresas com uma tendência crescente de rendibilidade são as que proporcionam menor divulgação.

Concluindo, os resultados obtidos confirmam a influência do factor dimensão na divulgação de informação sobre o desempenho social e ambiental, à semelhança de Trebucq, Evraert e Nassif (2008), que concluíram no seu estudo sobre a adopção da

estrutura da GRI por parte das empresas europeias, que a dimensão influencia estas empresas à divulgação voluntária da sua informação social. Por outro lado, revelam uma fraca influência do factor rendibilidade na divulgação de informação sobre os desempenhos económico, ambiental e social, pelo que não influencia significativamente a divulgação voluntária de informação (Carvalho, 2008; Trebucq, Evraert e Nassif, 2008).

Em seguida, para dar resposta à sub-hipótese H2.3, apresentam-se os Quadros 19 e 20 que correlacionam a influência dos sectores nos factores dimensão e rendibilidade no grau de divulgação do desempenho económico, ambiental e social.

Conforme foi referido na metodologia, para efeitos de estudo empírico, os 9 sectores existentes foram reduzidos para 2 sectores (Apêndice 2), em que:

- o sector 1 engloba a Indústria e Construção, sendo composto por 19 empresas;
- o sector 2 engloba o Financeiro, Comércio, Serviços, Novas Tecnologias e Sociedades Desportiva, sendo composto por 34 empresas.

No Quadro 19 é possível analisar a influência do sector 1 entre os factores dimensão e rendibilidade no grau de divulgação voluntária de informação, a nível dos desempenhos económico, ambiental e social.

**Quadro 19: Influência do sector 1**

<b>Sector 1 – Período de 2006 a 2008</b>				
<b>Industria e Construção (Total de 19 empresas)</b>				
<b>Correlations</b>				
			RL(S1_2006 a 2008)	Activo(S1_2006 a 2008)
Kendall's tau_b	DE(S1_2006 a 2008)	Correlation	,215*	,352**
		Coefficient		
		Sig. (2-tailed)	,028	,000
		N	57	57
	DA(S1_2006 a 2008)	Correlation	,320**	,428**
		Coefficient		
		Sig. (2-tailed)	,001	,000
		N	57	57
	DS(S1_2006 a 2008)	Correlation	,335**	,447**
Coefficient				
Sig. (2-tailed)		,000	,000	
	N	57	57	
** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).				
* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).				

DE – Desempenho Económico

DA – Desempenho Ambiental

DS – Desempenho Social

No período de 2006 a 2008 e em relação ao sector 1, verifica-se uma correlação significativa entre a dimensão e todos os desempenhos, sendo mais forte no desempenho social com um valor de 0,447, seguido do desempenho ambiental com um valor de 0,428 e por último com o desempenho económico com um valor de 0,352, para um nível de significância até 0,01, ou seja um *p-value* < 0,01. Verificam-se também neste sector correlações baixas na relação entre o factor rendibilidade e os aspectos dos desempenhos ambiental e social com valores de 0,320 e 0,335 respectivamente.

No Quadro 20 são apresentados os valores para o sector 2, no período de 2006 a 2008:

**Quadro 20: Influência do sector 2**

Sector 2 – Período de 2006 a 2008				
Industria e Construção (Total de 34 empresas)				
Correlations				
		RL(S2_2006 a 2008)	Activo(S2_2006 a 2008)	
Kendall's tau_b	DE(S2_2006 a 2008)	Correlation	,445**	,513**
		Coefficient		
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	102	102
	DA(S2_2006 a 2008)	Correlation	,519**	,598**
		Coefficient		
		Sig. (2-tailed)	,000	,000
		N	102	102
	DS(S2_2006 a 2008)	Correlation	,531**	,612**
Coefficient				
Sig. (2-tailed)		,000	,000	
	N	102	102	
** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).				
* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).				

DE – Desempenho Económico

DA – Desempenho Ambiental

DS – Desempenho Social

Relativamente ao sector 2, e em particular na influência deste na relação entre os factores dimensão e rendibilidade no grau de divulgação de informação de responsabilidade social nos aspectos dos desempenhos económicos, ambientais e sociais, verifica-se que existe correlação significativa com a dimensão, sendo as mais acentuadas a nível dos desempenhos social, com um valor de 0,612, e ambiental, com um valor de 0,598, para um nível de significância até 0,01 ou seja um *p-value* < 0,01. O factor que apresenta uma menor correlação com os desempenhos apresentados é, tal como no sector anterior, o da rendibilidade com um valor 0,445 para o desempenho económico, 0,519 para o desempenho ambiental e 0,531 para o desempenho social.

Verificam-se também neste sector correlações baixas na relação entre o factor rendibilidade e os aspectos dos desempenhos ambiental e social com valores de 0,519 e 0,531 respectivamente.

Diversos autores (Hackston e Milne, 1996; Deegan e Gordon, 1996; Moneva e Llena, 1996) argumentam que os sectores mais sensíveis ao ambiente são aqueles que se vêem mais obrigados a tornar públicas as suas actuações ambientais.

Monteiro (2007), no seu estudo sobre os factores explicativos do grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal concluiu que existe uma correlação positiva entre o índice de divulgação ambiental e o tamanho da empresa, sendo este superior nas empresas que operam em “sectores críticos”. Refere ainda, que essa análise não confirma associação com a rendibilidade.

Em suma, da análise do sector em geral, a influência deste na relação entre os factores dimensão e rendibilidade, no grau de divulgação voluntária de informação, verifica-se a nível do desempenho social e ambiental, conforme concluíram Trebucq, Evraert e Nassif (2008). No seu estudo, verificou que a adopção da estrutura da GRI nas empresas europeias, é afectada pelo sector, sendo que, as empresas do sector da indústria divulgam mais informação ambiental e o sector dos serviços mais informação social.

De salientar que o sector 2 apresenta correlações superiores ao sector 1 evidenciando assim uma maior relação, no grau de divulgação voluntária de informação, entre os factores dimensão e rendibilidade com os níveis de desempenho apresentados.

Concluimos assim, que em ambos os sectores, existe correlação significativa ( $p\text{-value} < 0,01$ ) nos três desempenhos, sendo mais acentuada a nível social e ambiental, e sempre relacionada com o factor dimensão.

### **5.3 – Interpretação e análise multivariada**

Após a avaliação dos dados, pela técnica estatística univariada, pretende-se aprofundar a análise de forma a verificar quais as variáveis mais correlacionadas e reduzir as dimensões (factores) que permitem explicar as hipóteses anteriormente definidas.

### 5.3.1 – Análise das componentes principais

A análise factorial é uma técnica estatística que procura, através da avaliação de um conjunto de variáveis, identificar os factores de variabilidade comuns existentes entre determinados elementos, agrupando-os num conjunto menor de factores (Hill e Hill, 2008) sem perda do poder de explicação. Na aplicação da análise factorial, este estudo recorreu ao método das componentes principais baseada no critério de rotação *varimax*, que maximiza a variância entre os factores em estudo para a rotação das matrizes factoriais.

Para a escolha das componentes principais utilizou-se o critério de *Kaiser*, que se fundamenta no seguinte:

- Como as variáveis estão normalizadas e todas elas têm variância 1, a decomposição em componentes principais vai escolher as direcções que explicam a maior parte da variância do conjunto de variáveis;
- Como os valores próprios são proporcionais à proporção da variância explicada em cada um das componentes, verificamos que cada uma das direcções só será superior às próprias variâncias, se tiver valor próprio maior que 1.

A técnica das componentes principais foi aplicada à população-alvo com uma dimensão de 53 empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, com 14 variáveis no ano de 2008, em que se pretende analisar a correlação entre elas.

Para se poder aplicar o modelo factorial deve haver correlação entre as variáveis. Em primeiro lugar, é apresentado o Quadro 21 com a estatística de *Kaiser–Meyer–Olkin* (KMO), que indica o valor de 0,930 (quanto mais correlacionadas estiverem as variáveis mais este coeficiente se aproxima de 1, neste caso concreto, consideramos o valor muito bom). O teste de *Bartlett's* apresenta o valor de 3386,683 ao qual está associado um nível de significância de 0,000, indicando que as variáveis devem estar correlacionadas.

**Quadro 21: Coeficiente KMO e nível de significância**

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,930
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	3386,683
	df	91
	Sig.	,000

Seguidamente, apresenta-se o Quadro 22 com o número de factores extraídos da análise factorial efectuada, bem como a percentagem da variância total explicada. A partir da análise do referido quadro verifica-se que quatro factores extraídos explicam cerca de 91% da variância total.

**Quadro 22: Total da variância explicada no período de 2006 a 2008**

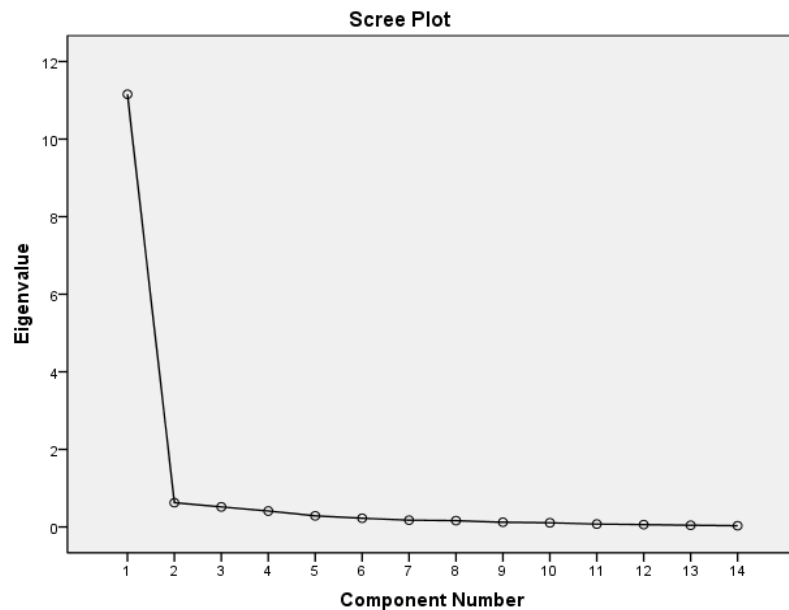
Total Variance Explained									
Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared			Rotation Sums of Squared		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	11,156	79,682	79,682	11,156	79,682	79,682	4,745	33,890	33,890
2	,625	4,467	84,150	,625	4,467	84,150	2,719	19,425	53,314
3	,517	3,693	87,843	,517	3,693	87,843	2,663	19,019	72,333
4	,411	2,936	90,779	,411	2,936	90,779	2,582	18,446	90,779
5	,286	2,046	92,825						
6	,225	1,606	94,431						
7	,176	1,257	95,688						
8	,163	1,165	96,853						
9	,121	,865	97,718						
10	,108	,772	98,490						
11	,075	,534	99,024						
12	,061	,439	99,463						
13	,044	,313	99,776						
14	,031	,224	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis

Os resultados obtidos no período de 2006 a 2008 mostram que os quatro primeiros factores explicam cerca de 91% da variância total explicada, conforme se pode constatar através do Quadro 22. Analisando separadamente cada um dos componentes, verifica-se agora a variância explicada do primeiro factor é de cerca de 34%, sendo o que mais contribui para a explicação do fenómeno em causa, surgindo os três factores seguintes com percentagens decrescentes relativamente à variância explicada, ou seja, o segundo contém cerca de 20% da variância total, o terceiro cerca de 19% e o último componente contém cerca de 18% da variância total explicada.

Da análise do Gráfico 7, verifica-se que a partir do quarto valor próprio, os restantes valores se apresentam quase em linha recta, paralela ao eixo horizontal, isto é, confirmando a existência de 4 factores apresentados no Quadro 22, não sendo significativa a restante informação.

**Gráfico 7: Gráfico *Scree Plot* de 2006 a 2008**



O gráfico *scree plot* comprova, por sua vez, a identificação dos factores que mais fortemente explicam a variância. Assim, e com base no referido gráfico, verifica-se uma maior força no poder de explicação da variância na passagem do primeiro para o segundo factor, reduzindo-se gradualmente até à passagem do quarto para o quinto factor, a partir do qual se verifica uma quebra mais acentuada na inclinação da curva.

Depois de se definir o número de componentes principais, há necessidade de fazer a interpretação das mesmas, tendo-se procedido à sua rotação, a fim de se encontrar uma melhor discriminação das componentes e fazer sobressair o seu significado. A interpretação será tanto mais fácil quanto mais a variável se aproximar de 1, apenas num factor, e 0 nos restantes, pois quanto mais se aproximar de 1, mais forte é a associação entre a variável e a componente.

Assim, vão-se reter as quatro componentes principais, para projectar os dados e estudar as suas relações. Para uma melhor interpretação será apresentada a matriz dos componentes com os factores superiores a 0,60 (Quadro 23).

**Quadro 23: Matriz das componentes no período de 2006 a 2008 – Rotação *Varimax***

Rotated Component Matrix <sup>a</sup>				
	Component			
	1	2	3	4
Água	,817			
Materiais	,774			
Produto	,683			
Mercado	,672			,617
Energia	,649			
Sociedade	,607			
P.Laborais				
Dir.Humanos				
Indirectos				
Diversos		,821		
Biodiversidade				
Produtos e Serviços			,871	
Resíduos			,641	
Economico				,815
Extraction Method: Principal Component Analysis.				
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.				
a. Rotation converged in 7 iterations.				

Da análise do Quadro 23 para o período de 2006 a 2008, podemos observar que foram obtidos 11 aspectos distribuídos pelas 4 componentes principais.

### 5.3.2 – Análise das dimensões

A análise multivariada agrupou os aspectos segundo a estrutura de divulgação de informação sobre responsabilidade social da GRI 2006, criando uma agregação dos aspectos, dando origem a quatro componentes, conforme o Quadro 24:

**Quadro 24: Agrupamento dos aspectos em 4 componentes no período de 2006 a 2008**

Componentes	Aspectos	Descrição dos aspectos
1	ADA3	Água
	ADA1	Materiais
	ADS4	Responsabilidade pelo Produto
	ADE2	Mercado
	ADA2	Energia
	ADS3	Sociedade
2	ADA7	Diversos
3	ADA6	Produtos e Serviços
	ADA5	Resíduos
4	ADE1	Economico
	ADE2	Mercado

ADE – Aspectos de desempenho económico  
 ADA – Aspectos de desempenho ambiental  
 ADS – Aspectos de desempenho social

As quatro componentes agrupadas no período de 2006 a 2008 que traduzem o novo grau de divulgação dos aspectos da estrutura da GRI, são: práticas ambientais e sociais, gastos ambientais, controlo ambiental e controlo económico. Em seguida serão explicadas, mais detalhadamente, as designações atribuídas a cada uma destas componentes.

- **Componente de práticas ambientais e sociais:** desta componente fazem parte os aspectos água, que compreende o consumo total de água, os recursos hídricos e a percentagem total de água reciclada e reutilizada, o aspecto materiais, que refere os materiais utilizados e a percentagem dos utilizados que são provenientes de reciclagem, o aspecto energia, que indica os consumos directos e indirectos, o total de poupança devido a melhorias, assim como as iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e as iniciativas para reduzir o consumo.

Os aspectos responsabilidade pelo produto e sociedade surgem como complemento destas práticas, uma vez que o primeiro relaciona a saúde e segurança do cliente, a rotulagem de produtos e serviços, as comunicações de marketing, a privacidade do cliente e a conformidade, enquanto o segundo se centra nos impactes que as organizações têm nas comunidades em que operam. Por fim o aspecto presença no mercado também é incluído nesta componente e

indica os rácios salariais praticados pela organização, as políticas e práticas com os fornecedores locais e os procedimentos efectuados para a contratação de indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes. Assim, pode-se concluir que esta componente agrega na sua maioria aspectos ambientais e sociais.

- **Componente de gastos ambientais:** esta componente agrega e relaciona três aspectos ligados ao desempenho ambiental: conformidade, geral e transporte. O aspecto transporte diz respeito aos impactes ambientais resultantes do transporte de produtos, matérias-primas e funcionários da organização. O aspecto conformidade evidencia os montantes pagos referentes a coimas e outras sanções por incumprimento das leis e regulamentos ambientais. O aspecto geral quantifica os custos e investimentos realizados com a protecção ambiental. Podemos assim concluir que esta componente relaciona apenas aspectos relacionados com o desempenho ambiental destacando e quantificando monetariamente os valores dispendidos com custos e investimentos ambientais.
- **Componente controlo ambiental:** relaciona o aspecto do desempenho ambiental relativo a produtos e serviços com o aspecto emissões, efluentes e resíduos, também ambientais. O aspecto emissões, efluentes e resíduos divulga as emissões de gases e substâncias destruidoras da camada de ozono bem como toda a informação relacionada com os resíduos produzidos pela organização. O aspecto produtos e serviços divulga as iniciativas para amenizar os impactes ambientais de produtos e serviços e a percentagem de embalagens recuperadas respeitantes a produtos vendidos. Nesta componente verifica-se a existência na totalidade de aspectos ambientais mas desta forma ligados a uma relação de controlo.
- **Componente controlo económico:** desta componente fazem parte os aspectos do desempenho económico e presença no mercado. Esta componente relaciona o rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, as políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, os procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes, e os aspectos do desempenho económico relativos ao valor económico directo

gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indenizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos. Podemos verificar que esta é uma componente que agrega e relaciona apenas aspectos económicos.

Em suma, da análise multivariada elaborada para o período de 2006 a 2008 através da análise das componentes principais, agruparam-se 4 componentes: práticas ambientais e sociais, gastos ambientais, controlo ambiental e controlo económico. Estas quatro componentes contêm cerca de 91% da variância explicada, onde se continua a realçar a importância dos aspectos do desempenho ambiental.

Podemos verificar que as três primeiras componentes são compostas maioritariamente por aspectos ambientais, sendo mais evidente nas componentes gastos ambientais e controlo ambiental, que são constituídas na sua totalidade por aspectos ambientais. Estas três componentes, maioritariamente ambientais, têm uma variância explicada de cerca de 72%.

A componente “práticas ambientais e sociais” tem uma variância explicada de cerca de 34%, sendo a componente que apresenta maior relevância, enquanto as componentes gastos ambientais e controlo ambiental têm uma variância explicada de aproximadamente 19% cada. A componente controlo económico é constituída exclusivamente por aspectos económicos e representa cerca de 18% da variância explicada.

Pode-se assim concluir, da análise multivariada no período de 2006 a 2008, que apesar de existir uma componente unicamente económica o grau de divulgação é acentuado no desempenho ambiental, uma vez que nas quatro componentes obtidas se verifica a existência de um maior número de aspectos ambientais, mais concretamente 6 aspectos ambientais, 3 aspectos económicos e 2 aspectos sociais.

## CAPÍTULO IV - CONCLUSÃO

Neste capítulo serão apresentadas, através de uma síntese global da dissertação, as conclusões do presente estudo, nomeadamente as que resultaram das análises univariada, bivariada e multivariada. Serão também referidas as limitações da presente investigação assim como sugestões para futuras investigações.

Vários estudos efectuados nos últimos anos constataram um aumento do número de empresas que acedem aos mercados de capitais e, simultaneamente concluem por um aumento do interesse público e pela preocupação com o ambiente, com os activos intangíveis, com a responsabilidade social e com os desempenhos económicos, ambientais e sociais, gerando assim uma necessidade crescente de uma maior divulgação de informação, com reflexos no relato empresarial.

Na sequência da necessidade cada vez mais crescente de divulgação voluntária de informação, já assumida como um importante instrumento de comunicação da estratégia e da imagem verdadeira e apropriada das empresas para com as suas partes interessadas, pretendeu-se analisar qual a evolução da divulgação que as empresas da *Euronext* Lisboa atribuem à estrutura da GRI, nomeadamente ao guia das Directrizes para Relatórios de Sustentabilidade 2006 (Versão 3.0 e respectiva actualização G3).

O estudo foi limitado ao contexto português, tendo sido a investigação efectuada sobre as questões relacionadas com a informação disponibilizada pelas empresas nos seus relatórios e contas, assim como nos relatórios de sustentabilidade quando existentes, nos anos de 2006 a 2008.

Assim, da análise univariada e para dar resposta à hipótese H1:

**Hipótese H1: As empresas da *Euronext* Lisboa apresentam uma evolução de 2006 a 2008 na divulgação de informação segundo a estrutura da GRI.**

Pode-se concluir que:

- Da importância dos aspectos ligados ao desempenho económico e da análise de conteúdo relacionada com o grau de divulgação, verificou-se que o aspecto desempenho económico é o que tem maior relevância com um grau de 2,60 (valor final no ano de 2008), tendo uma média de divulgação entre o ano de 2006 e o ano de 2008 de 2,31 e uma variação no período em análise de 0,51.
- Da importância dos aspectos ligados ao desempenho ambiental e da análise de conteúdo relacionada com o grau de divulgação, verificou-se que o aspecto resíduos é o que tem maior relevância com um grau de 3,62 (valor final no ano de 2008), tendo uma média de divulgação entre o ano de 2006 e o ano de 2008 de 2,42 e uma variação no período em análise de 1,91.
- Da importância dos aspectos ligados ao desempenho social e da análise de conteúdo relacionada com o grau de divulgação, verificou-se que o aspecto práticas laborais e trabalho condigno é o que tem maior relevância com um grau de 6,28 (valor final no ano de 2008), tendo uma média de divulgação entre o ano de 2006 e o ano de 2008 de 5,22 e uma variação no período em análise de 1,79.
- Da análise dos índices dos desempenhos e após o cálculo dos mesmos, concluiu-se que no final do ano de 2008 o Índice de Desempenho Social (IDS) é o que detém um valor mais elevado: 15 indicadores divulgados, seguido do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) que se apresenta com 11 indicadores divulgados e por fim o valor de apenas 4 indicadores para o Índice de Desempenho Económico (IDE);
- Por fim, na análise do índice geral de divulgação, conclui-se que o grau de divulgação voluntária de informação que as empresas da *Euronext* Lisboa atribuem à estrutura da GRI 2006, como referencial da “normalização” da informação contabilística voluntária, ainda é reduzido, e apesar do seu crescimento no período de 2006 a 2008 ter sido significativo, são divulgados apenas 30 indicadores do total de 79 indicadores da GRI.

Os resultados obtidos neste estudo, tendo em conta as suas limitações, permitem aceitar a hipótese H1.

Assim, da análise bivariada e para dar resposta à hipótese H2:

**Hipótese H2 – Existe uma relação entre os factores dimensão, rendibilidade, sector e o grau de divulgação em termos do desempenho económico, ambiental e social.**

Pode-se concluir que:

- Da relação existente entre o factor dimensão e o grau de divulgação voluntária de informação em termos do desempenho económico, ambiental e social, concluiu-se que os resultados obtidos confirmam a influência do factor dimensão na divulgação de informação sobre o desempenho social e ambiental, à semelhança de Trebucq, Evraert e Nassif (2008), que concluíram no seu estudo sobre a adopção da estrutura da GRI por parte das empresas europeias, que a dimensão influencia estas empresas à divulgação voluntária de informação.
- Da relação existente entre o factor rendibilidade e o grau de divulgação voluntária de informação em termos do desempenho económico, ambiental e social, concluiu-se que os resultados obtidos revelam uma fraca influência destes factores na divulgação de informação sobre os desempenhos económico, ambiental e social, pelo que não contribui significativamente para a divulgação de informação. Os resultados obtidos vão de encontro ao que Moneva (2004), no seu estudo sobre a sustentabilidade *versus* rendibilidade das grandes empresas espanholas e tomando como referência as directrizes da GRI, concluiu que as empresas com uma tendência crescente de rendibilidade são as que proporcionam menor divulgação.
- Da análise do sector em geral, verifica-se uma influência significativa na relação com o factor dimensão e uma influência pouco significativa com o factor rendibilidade. As maiores correlações de divulgação voluntária de informação verificaram-se ao nível do desempenho ambiental e social, tal como concluído por Trebucq, Evraert e Nassif (2008), referindo que a adopção da estrutura da GRI nas empresas europeias é afectada pelo sector em que se inserem.

Os resultados obtidos neste estudo, tendo em conta as suas limitações, permitem aceitar a hipótese H2.

Assim, da análise multivariada pode-se ainda concluir que:

- No período de 2006 a 2008 agruparam-se os aspectos divulgados em 4 componentes, que contêm cerca de 91% da variância explicada que se constituem em práticas ambientais e sociais, gastos ambientais, controlo ambiental e controlo económico;
- Da análise multivariada verificou-se que as componentes que são alvo de maior divulgação são aquelas que dizem respeito a aspectos ambientais, sendo o grau de divulgação acentuado ao nível do desempenho ambiental.

### **Limitações do estudo**

Ao presente estudo, podem ser apontadas algumas limitações, nomeadamente o facto de o estudo só se referir aos anos de 2006 a 2008, o que por vezes ainda não é suficiente para chegar a conclusões sobre os determinantes da divulgação voluntária de informação.

Por outro lado este estudo centrou-se nos relatórios e contas anuais, ou quando existentes, os relatórios de sustentabilidade, publicados pelas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, considerados à partida como meio mais privilegiado de comunicação, não considerando outros meios através dos quais as empresas também estabelecem essa comunicação.

### **Sugestões para investigações futuras**

Os resultados obtidos no presente estudo, poderão contribuir para que no futuro sejam efectuados estudos similares, envolvendo um maior número de empresas, para além de poder ser considerada uma série temporal mais alargada, assim como para o apuramento dos determinantes da divulgação voluntária de informação. Este facto, poderá tornar possível verificar de que forma evoluirá a divulgação de informação por parte das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa.

Seria também interessante efectuar fazer uma análise comparativa com outros países, de forma a verificar a adopção da estrutura da GRI e o seu contributo para a divulgação voluntária de informação contabilística.

Como complemento da investigação efectuada poder-se-ia ainda alargar o universo de empresas às grandes empresas que não se encontram cotadas, verificando desta forma o possível impacto que tal situação poderá introduzir nos resultados agora obtidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, R., David, F. Crowther, D. (2005). *Corporate social responsibility in Portugal: empirical evidence of corporate behaviour*. Corporate Governance 5 (5), 3-18.

Adams, C., Hill, W. e Roberts, C. (1998). *Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour?* British Accounting Review 30 (1), 1-21.

Aggarwal, R., Simkins, B. (2004). *Evidence on Voluntary Disclosures of Derivatives Usage by Large US Companies*. Journal of Derivatives Accounting, 1 (1), 61-81.

Álvarez, E. (2001). *La Relevancia de la Información Voluntaria*. Comunicação apresentada no XI Congresso da AECA.

American Institute of Certified Public Accountants. (1994). *Improving Business Reporting – A Costumer Focus: Meeting the Information Needs of Investors and Creditors*. AICPA. [Consultado em 2010-02-10]. Disponível em <http://accounting.rutgers.edu/raw/icpa/usiness/main.htm>

Archel, P. (2003). *La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998: situación actual y perspectivas*. Revista Española de Financiación y Contabilidad 117, 571-601.

Ball, A., Owen D., Gray R. (2000). *External transparency or internal capture: the role of third-party statements in adding value to corporate environmental reports*. Business Strategy and the Environment, 1-23.

Bansal, P. (2005). *Evolving Sustainability: A longitudinal study of corporate sustainable development*. Strategic Management Journal 26 (3), 197-218.

Bebbington, J. e Gray, R. (1997). *An account of sustainability: Failure, success and a reconception*. In Interdisciplinary Perspectives on Accounting Conference Proceedings 1, University of Manchester, 1.10.1-17.

Bebbington, J., Larrinaga, C. e Moneva, M. (2008). *Corporate Social Responsibility Reporting and Reputation Risk Management*. Accounting, Auditing & Accountability Journal 21 (3), 37-61.

Boesso, G. (2002). *Forms Voluntary Disclosure: Recommendations and Business Practices in Europe and U.S.* Working Paper.

Branco, M. (2003). *La Utilizacion de Internet como meio de Suministro de Informacion sobre: Responsabilidad Social por las Empresas Cotadas*. XII Congresso AECA, “Transparencia Empresarial y Sociedad de Conocimiento”.

Branco, M. e Rodrigues, L. (2005). *An exploratory study of social responsibility disclosure on the internet by Portuguese listed companies*. Social Responsibility Journal 1, (1/2), 81-90.

Branco, M. e Rodrigues, L. (2006). *Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective*. Corporate Communications: An International Journal, 11 (3), 232-248.

Branco, M e Rodrigues, L. (2008a). *Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies*. Journal of Business Ethics 8, 685-701.

Branco, M e Rodrigues, L. (2008b). *Social responsibility disclosure: A study of proxies for the public visibility of Portuguese banks*. The British accounting Review 40, 161-181.

Branco, M., Eugénio, T. e Ribeiro, J. (2008). *Environmental disclosure in response to public perception of environmental threats: The case of co-incineration in Portugal*. Journal of Communication Management 12 (2), 136-151.

Carvalho, F. (2008). *A Divulgação voluntária de informação: a influência da adopção da estrutura da Global Reporting Initiative nas empresas da Euronext Lisboa*. [Dissertação de Mestrado]. Lisboa. 104 p. Orientador : Doutor Joaquín Texeira Quirós.

Chalmers, K. e Godfrey, J. (2004). *Reputation Costs: The Impetus for Voluntary Derivative Financial Instruments Reporting*. Accounting, Organizations and Society, 29, 95-125.

Choi, J. (1999). *Na investigacion of initial voluntary environmental disclosures made in Korean semi-annual financial reports*. Pacific Accounting Review, vol. 11, nº 1, Junho, 73-102.

Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro Verde “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Bruxelas. [Consultado em 2010-03-30]. Disponível em [eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001\\_0366pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf)

Deegan, C. e Gordon, B. (1996). *A study of environmental disclosure practices of Australian corporations*. Accounting e Business Research 26 (3), 187-199.

Deegan, C., Rankin, M. e Tobin, J. (2002). *An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997: a test of legitimacy theory*. Accounting, Auditing and Accountability Journal 15 (3), 312-343.

Depoers, F. (2000). *A Cost-benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies*. The European Accounting Review, vol. 9, nº2, 245-263.

Dias, A. (2009). *O Relato da Sustentabilidade Empresarial: práticas em Portugal*. [Dissertação de Mestrado]. Lisboa. 106 p. Orientador: Doutora Maria Georgina da Costa Tamborino Morais.

Dias-Sardinha, I. e Reijnders, L. (2005). *Evaluating Environmental and Social Performance of Large Portuguese Companies: A Balanced Scorecard Approach*. Business Strategy and the Environment 14, 73–91.

Dierkes, M. e Preston, L. (1986). *Corporate Social accounting and reporting for the physical environment: a critical review and implementation proposal*. Accounting, Organizations and Society, 2(1), 3-22.

Domench, A. e Dallo, L. (2001). *Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas*. Revista de Contabilidad, vol. 4, nº 7, 139-153.

Domench, A. (2003). *La divulgación de la información social y medioambiental de la gran empresa española en el período 1994-1998: situación actual y perspectivas*. Revista Española de Financiación y Contabilidad, vol XXXII, nº 117, Abril/Junho, 571-601.

Duarte, M. (2006). *Os Sistemas de Informação Ambiental e a Gestão de Excelência*. Lisboa, Portugal: Universidade Lusíada Editora.

Elkington, J. (1997). *Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Capstone Publishing, Oxford.

Erro, A. (2004). *La Información Económica, Social y Medioambiental de las Empresas*. Comunicação apresentada no XI Encuentro ASEPUC, Granada.

Fernández, C., Moreno, D., Olmeda, I. (2006). *Determinantes de la Revelación de Información sobre derivados financieros en el mercado Español*. V Workshop de Investigación Empírica en Contabilidad Financiera, I Jornada de Investigación de la REFC, 18 a 20 de Outubro, Madrid.

Financial Accounting Standards Board. (2001). *Improving Business Reporting: Insights into Enhancing Voluntary Disclosures*. FASB. [Consultado em 2010-03-10]. Disponível em <http://www.fasb.org/news/nr012901.shtml>.

Ferreira, C. (2004). *Environmental accounting: the Portuguese case*. Management of Environmental Quality: An International Journal 15 (6), 561-573.

Global Reporting Initiative. (2000). *Sustainability Reporting Guidelines*. GRI. [Consultado em 2010-03-10]. Disponível em <http://www.globalreporting.org>.

Global Reporting Initiative (2002). *Directrizes para a Elaboração do Relatório de Sustentabilidade Sustainability Reporting Guidelines*. [Consultado em 2010-03-07]. Disponível em <http://www.globalreporting.org>.

Global Reporting Initiative (2006). *Directrizes para Relatório de Sustentabilidade*. [Consultado em 2010-03-10]. Disponível em [http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Online/LanguageSpecific/Portuguese\\_Brazilian.htm](http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Online/LanguageSpecific/Portuguese_Brazilian.htm)

Gray, R., Kouhy, R. e Lovers, S. (1995). *Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies: A methodological note*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 8 (2), 78-101.

Gray, R. e Milne, M. (2004). *Towards Reporting on the Triple Bottom Line: Mirages, Methods and Myths*. In Henriques A (Ed) *Triple Bottom Line: Does It All Add Up?*. Assessing the Sustainability of Business and CSR. Earthscan Publications, London.

Guthrie, P. e Hacking, T. (2008). *A framework for clarifying the meaning of Triple Bottom-Line, Integrated, and Sustainability Assessment*. *Environmental Impact Assessment Review* 28 (2-3), 73-89.

Hackston, D. e Milne, M. (1996). *Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies*. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 9, n.º 1, 77-108.

Hassan, M., Percy, M. e Goodwin, J. (2004). *Information Quality of Derivative Disclosures by Australian Firms in the Extractive Industries*. Working Paper nº 2004-002.

Heflin, F., Shaw, K. e Wild, J., (2001). *Disclosure Quality and Market Liquidity*. Purdue University, University of Maryland e University of Wisconsin at Madison, Working Paper.

Hill, M., Hill, A. (2008). *Investigação por questionário*. 2ª edição. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

Kolk, A. (2004). *A decade of sustainability reporting: developments and significance*. International Journal of Environment and Sustainable Development 3 (1), 51–64.

Kolk, A. (2005). *Environmental Reporting by Multinationals from the Triad: Convergence or Divergence?*. Management International Review 45, 145–166.

KPMG (2006). *Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal*. KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Portugal.

KPMG International (2008). *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008*. KPMG International, Netherlands.

Lakhal, F. (2003). *Earning Voluntary Disclosures and Corporate Governance: Evidence from France*. [Consultado em 2010-02-20]. Disponível em <http://www.wvz.unibas.ch/cofi/efma/papers/148.pdf>

Lang, M. e Lundholm, R. (1993). *Cross-sectional determinants of analyst ratings of corporate disclosures*. Journal of Accounting Research, vol. 31, nº2, 246-271.

Larrinaga, C., Archel, P. e Fernández, M. (2008). *The Organizational and Operational Boundaries of Triple Bottom Line Reporting: A Survey*. Environmental Management nº 41, 106–117.

Levitt, A., (1998), *The Importance of High-Quality Accounting Standards*. Accounting Horizons 12, 79-82.

Lopes, P. e Rodrigues, L. (2007). *Accounting for Financial Instruments: An Analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange*. The International Journal of Accounting, 42, 25-56.

Maroco, J. (2007). *Análise Estatística - Com utilização do SPSS*. 3ª Edição. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

Meek, G.; Roberts, C. e Gray, S.(1995). *Factors influencing voluntary annual report disclosures by US, UK and Continental Europe*. Journal of International Business Studies, Third Quarter, 26(3), 555-572.

Moneva, J. e Llana, F. (1996). *Análisis de información sobre responsabilidad social en las empresas industriales que cotizan en bolsa*. Revista Española de Financiación y Contabilidad, vol. XXV, nº 87, 361-402.

Moneva, J. e Llana, F. (2000). *Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain*. The European Accounting Review 9 (1), 7-29.

Moneva, J.; Llana, F. e Lameda, I., (2005). *Calidad De Los Informes De Sostenibilidad De Las Empresas Españolas*. Comunicação no XIII Congreso de La Asociación Española De Contabilidad Y Administración De Empresas (AECA).

Moneva, J., Archel, P. e Correa, C. (2006). *GRI and the camouflaging of corporate unsustainability*. Accounting Forum 30 (2), 121-137.

Monteiro, S. e Guzmán, B. (2005). *Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Portugal*. Social and Environmental Accounting Journal, 99 25 (2), 15-18.

Monteiro, S. (2007). *Factores explicativos do grau de divulgação ambiental em grandes empresas a operar em Portugal: análise univariada*. Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Grupo de Investigação FEDRA.

Morhardt, J., Baird, S., Freeman, K., (2002). *Scoring Corporate Environmental And Sustainability Reports Using GRI 2000, ISO 14031 And Other Criteria*. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, nº 9.

Mueller, G., (2000). *The Role of Financial Reporting: Discussion, Conference Series*. Federal Reserve Bank of Boston, 108-112.

Murteira, B. (1993). *Análise Exploratória de Dados. Estatística Descritiva*. Lisboa, Portugal: McGraw-Hill.

O'Connor, M., Spangenberg, J. (2008). *A methodology for CSR reporting: assuring a representative diversity of indicators across stakeholders, scales, sites and performance issues*. Journal of Cleaner Production, nº 16.

O'Dwyer, B. (2001). *The state of corporate environmental reporting in Ireland*. ACCA Research Report, n. 69, Certified Accountants Educational Trust, London.

Patten, D. (1991). *Exposure, Legitimacy, and Social Disclosure*. Journal of Accounting and Public Policy 10, 297-308.

Plumlee, M., Brown, D. e Marshall, S. (2007). *The Impact of Voluntary Environmental Disclosure Quality on Firm Value*.

Porter, M. e Van der Linde, C. (1995). *Toward a New Conception of the Environment-Competitiveness Relationship*. Journal of Economic Perspectives. Vol. 9, nº 4, 97-118.

Reis, E. (1997). *Estatística Multivariada Aplicada*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

Reis, E., Melo, P., Andrade, R., Calapez, T., (1997). *Estatística Aplicada*. Volume 2, Edições Sílabo.

Rennings, K., Ziegler, A., Ankele, K., Hoffmann, E., Nill, J. (2003). *The Influence of the EU Environmental Management and Auditing Scheme on Environmental Innovations and Competitiveness in Germany: An Analysis on the Basis of Case Studies*

*and a Large-Scale Survey*. Comunicação nº 3-14 no Zentrum für Europäische Wirtschaftsforschung em Mannheim, Alemanha.

Rodrigues, L., Oliveira, L. e Menezes, C. (2005). *O relato financeiro do desempenho ambiental: Estudo das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto*. Portuguese Journal of Management Studies, 10 (2), 145-167.

Roque, V. e Cortez, M. (2006). *A Divulgação de Informação Ambiental e a Performance Financeira das Empresas Cotadas em Portugal*. Revista de Estudos Politécnicos 3 (5/6), 119-143.

Sampaio, M. e Leitão, P. (2004). *A divulgação de informação social e ambiental: uma análise das empresas cotadas em Portugal*. Revisores e Empresas, nº 25, Abril/Junho, 10-15.

Sampaio, M. (2007). *A Informação não financeira como medida de avaliação do desempenho na actual Economia do conhecimento*.

Teoh, H., Pin, F., Wan, J., Tan T. e Yap Y. (1998). *Environmental disclosures-financial performance link: further evidence from industrialising economy perspective*. Second Asian Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference (APIRA), Osaka City University.

Tilt, C. (1997). *Environmental Policies of Major Companies: Australian Evidence*. British Accounting Review 29(4), 367-394.

Torres, M. e Paradís, A. (2003). *La Responsabilidad Social em la Empresa: Un Análises de las fuentes de Informacion*. XII Congresso AECA, “Transparencia Empresarial y Sociedad de Conocimiento”.

Trebucq, S., Evraert, S. e Nassif, N., (2008). *Adoption of GRI's Guidelines Reporting by European companies*. EAA Roterdão.

Wilmshurst, T. e Frost, G. (2000). *Corporate environmental reporting. A test of legitimacy theory*. Accounting, Auditing and Accountability Journal 13 (1), 10-26.

World Business Council for Sustainability Development (2002). *Sustainable Development Reporting: Striking the balance*. Geneva.

## APÊNDICE 1 – LISTA DAS EMPRESAS QUE CONSTITUEM A POPULAÇÃO-ALVO

LISTAGEM DA POPULAÇÃO-ALVO	
Nº Sequencial	Empresa
1	ALTRI SGPS
2	B COM PORTUGUES
3	B ESPIRITO SANTO
4	BANCO BPI
5	BANCO POP ESPANOL
6	BANCO SANTANDER
7	BANIF-SGPS
8	BENFICA
9	BRISA
10	CIMPOR SGPS
11	CIRES
12	COFINA SGPS
13	COMPTA
14	CORTICEIRA AMORIM
15	E SANTO FINANCIAL
16	EDP
17	ESTORIL SOL P
18	EUROPAC
19	FINIBANCO SGPS
20	FISIPE
21	FUT CLUBE PORTO
22	GALP ENERGIA-NOM
23	GLINTT
24	IBERSOL SGPS
25	IMOB C GRAO PARA
26	IMPRESA SGPS
27	INAPA-INV P GESTAO
28	J MARTINS SGPS
29	LISGRAFICA
30	MARTIFER
31	MEDIA CAPITAL
32	MOTA ENGL
33	NOVABASE SGPS
34	OREY ANTUNES ESC
35	P TELECOM
36	PAP FERNANDES
37	PORTUCEL
38	REDITUS SGPS
39	REN
40	S COSTA
41	SACYR VALLEHERMOSO
42	SAG GEST
43	SEMAPA
44	SONAE CAPITAL
45	SONAE IND SGPS
46	SONAE SGPS
47	SONAECOM SGPS
48	SPORTING
49	SUMOLIS
50	TEIXEIRA DUARTE
51	TOYOTA CAETANO
52	VAA VISTA ALEGRE
53	ZON MULTIMEDIA

## APÊNDICE 2 – LISTA DAS EMPRESAS POR SECTOR

LISTAGEM DA POPULAÇÃO			
Nº Sequencial	Empresa	Sector (ICB)	Nº Sector
1	ALTRI SGPS	INDUSTRIALS	1
2	B COM PORTUGUES	FINANCIALS	2
3	B ESPIRITO SANTO	FINANCIALS	2
4	BANCO BPI	FINANCIALS	2
5	BANCO POP ESPANOL	FINANCIALS	2
6	BANCO SANTANDER	FINANCIALS	2
7	BANIF-SGPS	FINANCIALS	2
8	BENFICA	CONSUMER SERVICES	2
9	BRISA	INDUSTRIALS	2
10	CIMPOR SGPS	INDUSTRIALS	1
11	CIRES	BASIC MATERIALS	1
12	COFINA SGPS	CONSUMER SERVICES	2
13	COMPTA	TECHNOLOGY	2
14	CORTICEIRA AMORIM	CONSUMER GOODS	1
15	E SANTO FINANCIAL	FINANCIALS	2
16	EDP	UTILITIES	2
17	ESTORIL SOL P	CONSUMER SERVICES	2
18	EUROPAC	BASIC MATERIALS	1
19	FINIBANCO SGPS	FINANCIALS	2
20	FISIPE	BASIC MATERIALS	1
21	FUT CLUBE PORTO	CONSUMER SERVICES	2
22	GALP ENERGIA-NOM	OIL & GAS	2
23	GLINTT	TECHNOLOGY	2
24	IBERSOL SGPS	CONSUMER SERVICES	2
25	IMOB C GRAO PARA	INDUSTRIALS	1
26	IMPRESA SGPS	CONSUMER SERVICES	2
27	INAPA-INV P GESTAO	BASIC MATERIALS	1
28	J MARTINS SGPS	CONSUMER SERVICES	2
29	LISGRAFICA	INDUSTRIALS	1
30	MARTIFER	INDUSTRIALS	1
31	MEDIA CAPITAL	CONSUMER SERVICES	2
32	MOTA ENGL	INDUSTRIALS	1
33	NOVABASE SGPS	TECHNOLOGY	2
34	OREY ANTUNES ESC	INDUSTRIALS	2
35	P TELECOM	TELECOMMUNICATIONS	2
36	PAP FERNANDES	BASIC MATERIALS	2
37	PORTUCEL	BASIC MATERIALS	1
38	REDITUS SGPS	TECHNOLOGY	2
39	REN	UTILITIES	2
40	S COSTA	INDUSTRIALS	1
41	SACYR VALLEHERMOSO	INDUSTRIALS	1
42	SAG GEST	CONSUMER SERVICES	2
43	SEMAPA	INDUSTRIALS	1
44	SONAE CAPITAL	FINANCIALS	2
45	SONAE IND SGPS	INDUSTRIALS	1
46	SONAE SGPS	CONSUMER SERVICES	2
47	SONAECOM SGPS	TELECOMMUNICATIONS	2
48	SPORTING	CONSUMER SERVICES	2
49	SUMOLIS	CONSUMER GOODS	1
50	TEIXEIRA DUARTE	INDUSTRIALS	1
51	TOYOTA CAETANO	INDUSTRIALS	2
52	VAA VISTA ALEGRE	CONSUMER GOODS	1
53	ZON MULTIMEDIA	CONSUMER SERVICES	2

Sector 1 - Indústria e Construção

Sector 2 - Financeiro, Comércio, Serviços, Novas Tecnologias e Sociedades Desportivas